

Universidade do Minho
Escola de Economia e Gestão

Mauro Filipe Pinto Magalhães Arques Santos

A Captação do Investimento Directo Chinês em África

Mauro Filipe Pinto Magalhães Arques Santos **A Captação do Investimento Directo Chinês em África**

UMinho | 2011

Agosto de 2011



Universidade do Minho

Escola de Economia e Gestão

Mauro Filipe Pinto Magalhães Arques Santos

A Captação do Investimento Directo Chinês em África

Dissertação de Mestrado
Mestrado em Economia, Mercados e Políticas Públicas

Trabalho efectuado sob a orientação do
Professor Paulo Mourão

Agosto de 2011

Gostaria de dedicar este trabalho a todos aqueles que me ajudaram e permitiram a elaboração e conclusão deste projecto.

Dedico assim aos meus mais familiares, aos meus amigos mais próximos, ao meu tutor, e outros membros do corpo docente que me incentivaram a completar a primeira fase.

Agradecimentos

Venho por este meio agradecer ao meu Orientador professor Doutor Paulo Reis Mourão que com a sua grande competência e vastos conhecimentos me encorajou e motivou na realização deste trabalho. Foi um projecto que necessitou de um elevado número de horas de pesquisa e trabalho econométrico, que só foi possível com a grande dedicação por parte do orientador.

Gostaria ainda de agradecer num plano mais generalizado ao grupo de docentes da Universidade do Minho, do Mestrado de Economia Mercados Políticas Publicas, que se mostraram interessados e dispostos a ajudar em vários aspectos da tese.

Gostaria de agradecer a alguns amigos mais chegados que me ajudaram e incentivaram na realização desta tese.

E por último mas não os menos importantes gostava ainda de agradecer aos meus familiares que em muito me auxiliaram e incentivaram na concretização desta tese.

Em especial gostaria também de agradecer e dedicar este trabalho aos meus pais que em todos os aspectos me ajudaram e possibilitaram a oportunidade para a realização desta tese, sem a sua ajuda nada disto seria possível.

Resumo

Este projecto tem como base uma curiosidade pessoal, que tem sido alimentada pelos *media* e também por vários teóricos e organizações internacionais: tentar responder às questões “*Quais são os principais motivos que levam o investidor chinês a investir em países africanos? O que é que estes procuram nesses países? Como atrair mais investimento Chinês?*”

Após a revisão da literatura foi possível fazer uma selecção de variáveis que são relevantes para responder a estas questões. Estas variáveis estão suportadas por autores com estudos anteriores sobre estas questões.

Após este período de pesquisa seguiu-se então a elaboração da base de dados, que após concluída foi usada para, através do método de estimação por GMM (Método dos Momentos Generalizados), no *software STATA*, se apurar as variáveis de maior significância para os investidores chineses.

Foi então possível concluir que para os investidores chineses as variáveis que mais impacto têm sobre o IDE Chinês em África são: o Investimento Directo Chinês do período anterior, o controlo do nível de corrupção, a eficiência do governo do país africano, a estabilidade política do país, e o crescimento percentual do PIB do país africano. Deste modo podemos concluir que ao contrário de muitos teóricos o investimento chinês não se limita a um mero interesse de recursos naturais mas também importam a estabilidade política de um país, o nível económico que este investidor encontra nos países africanos e o respectivo ritmo de crescimento.

Com estes resultados também é possível sugerir que os países africanos dediquem mais atenção a determinadas políticas que favoreçam estas variáveis de maior significância, bem como dar uma outra perspectiva aos investidores de outras partes do mundo, desmistificando as intenções de China em África. África não é só um mercado de recursos, mas também de oportunidades em crescimento e com um futuro maior do que os poços de petróleo e as grandes minas de carvão e ferro.

Palavras-chave: Investimento Directo Estrangeiro, IDE, China, África, interesses.

Abstract

This project is founded in a personal curiosity that has been fueled by the media, many scholars, and international organizations. The main questions are as follows:

“What are the main reasons attracting the Chinese investor to invest in African countries? What do they seek in these countries? How should African nations attract more Chinese investment?”

After a long period of reading and studying, I was able to identify variables related to these questions that were relevant and supported by other authors in other studies. Specifically, a few variables were related to these subjects in particular, and others were “transported” from similar subjects, i.e., the same questions but different case studies.

After this stage, the next step was the creation of the database using the Stata software package. Then, the generalize method of moments (GMM) estimation method was used to identify the variables of great relevance to the Chinese investors.

These results led to the conclusion that the most important variables in Africa for the Chinese investors are as follows: the amount invested by the Chinese in the previous year, level of corruption control, government efficiency, political stability for the country, and GDP percent growth for the African country. These results also lead to the conclusion that Chinese investment does not solely focus on the available mineral resources but also is dependent on the political stability and the economic growth of the country.

These results are helpful for African countries that want to attract more Chinese investment. They can dedicate more attention to their politics in order to improve these variables, which will in turn also increase their attractiveness for other international investors. Africa is not simply a market for resources but also a good place for opportunities and a future wider beyond the oil reserves and the great mines of coal and iron.

Key-words: Foreign Direct investment, FDI, China, Africa,

Índice

Estrutura da tese	9
1. Introdução.....	10
2. Determinantes do Investimento Directo Estrangeiro (<i>IDE</i>)- <i>uma revisão de literatura</i>	11
2.1. Noção e evolução.....	11
2.1.1. Noção	11
2.1.2. Evolução do Investimento Directo Estrangeiro – Uma Perspectiva Global	13
2.1.3. Evolução do OUTWARD IDE Chinês	18
2.1.4. Relações comerciais entre China e África	20
2.1.5. Evolução do <i>inward</i> IDE em África	23
2.1.6. Porque é que o IDE é visto como importante para ÁFRICA?	25
2.1.7. Modelo de investimento Chinês em África: “Empréstimos favoráveis do Governo Chinês e o Crédito Preferencial ao Comprador Exportação”	27
2.2. Determinantes do IDE	30
2.2.1. O Impacto do risco político no investimento directo estrangeiro	30
2.2.2. Tendências das políticas do país anfitrião para promover o IDE.....	31
2.3. Factores que influenciam as decisões do investidor.....	33
2.4. Conclusões da revisão da literatura	35
3. Modelo empírico e dados	36
3.1 Modelo Empírico.....	36
3.2. Resultados	38
3.3. Implicações e Desafios Futuros	41
4. Conclusão	43
5. Anexos	44
BIBLIOGRAFIA.....	57

Índice de figuras

Figura 1 - Fluxos do IDE.....	Pag 14
Figura 2 – Fluxos do IDE	Pag 16
Figura 3 - Fluxos do IDE, 1999-2010	Pag 17
Figura 4 – Ajuda por ano e região, 2003-2007	Pag 19
Figura 5 - Trocas comerciais entre China e África, 2007.....	Pag 22
Figura 6 – Trocas comerciais entre a China e África, 1995-2005.....	Pag 22
Figura 7 – Fluxo de IDE Chinês para África.....	Pag 23
Figura 8 - “Modelo Angola”	Pag 28

Índice de tabelas

Tabela 1 - IDE stock (inward), por região, 1990/2000/2009.....	Pag 15
Tabela 2 - IDE Flows (inward), por região, 2007-2009:.....	Pag 15
Tabela 3 - Exportações de África para China, uma síntese	Pag 21
Tabela 4 – Exportações da China para África , em síntese.....	Pag 21
Tabela5 - Condições económicas e Políticas dos países receptores que condicionam o IDE.....	Pag 34
Tabela 6 – Síntese dos determinantes do IDE chinês	Pag 35
Tabela 7 – Fontes das Variáveis.....	Pag 37
Tabela 8 – Estatísticas descritivas	Pag 38
Tabela 9 – Resultados (Método dos Momentos Generalizados).....	Pag 39

Estrutura da tese

Esta obra está composta por quatro capítulos principais. O primeiro capítulo é a introdução onde apresentamos a temática. No segundo capítulo fazemos um pequeno resumo da revisão literária sobre o tema em questão, apresentando conceitos e noções relevantes para abordar as questões que serão estudadas, bem como a selecção de variáveis usadas para o estudo. No terceiro capítulo teremos o desenvolvimento do tema e o tratamento da informação recolhida, bem como a apresentação do modelo estudado e dos resultados obtidos. Por fim temos o quarto, e ultimo capítulo, no qual se faz um pequeno resumo da tese, isto é, dos resultados obtidos e do seu significado.

Para este estudo usou-se o modelo GMM sobre 48 países africanos, no período entre o ano de 2003 e 2008.

Em apêndice encontram-se ainda a base de dados completa e outras informações complementares.

1. Introdução

Este projecto teve como base o interesse em encontrar as causas para investimento Chinês em África, analisando 48 países africanos em particular.

Ao longo dos últimos anos tem-se vivido uma grande expansão Asiática, tendo como principais países emissores de IDE a China e a Índia. Contudo, neste trabalho só se estudou um desses países emissores, nomeadamente a China.

Durante este último período de crise, desde 2008, tem-se exaltado o modelo económico Chinês, e todos os seus investimentos tanto a nível nacional como internacional. Com esta crise também se tem notado que as atenções, por parte dos investidores, se voltaram outra vez para África, não só a atenção dos investidores Chineses, mas também do resto do mundo. Tendo em conta estes dois factores podemos ver que este tema não é só do interesse das relações sino-africanas, mas sim do interesse do mundo.

Esta temática é interessante, não só do ponto de vista da política internacional, mas também da economia internacional. Tem vindo a ser muitas vezes estudada, por diversos autores e também muitas vezes alvo dos *media* a nível internacional. Tem-se vindo a elaborar bastantes hipóteses para o verdadeiro interesse Chinês em África, onde muitas destas passam por interesses económicos, estratégicos, políticos, militares ou até demográficos.

Diversos autores (detalhados neste trabalho) tentam desvendar a razão do investimento Chinês em África e muitos sugerem várias teorias como a necessidade de obter recursos naturais como o carvão, ferro, minérios e o tão vital “ouro negro” – o petróleo. Outros referem meramente o factor económico como o mercado africano vasto. Outros autores referem a necessidade de obtenção de produtos agrícolas de modo a poder assegurar a alimentação do povo chinês.

Esta obra está composta por quatro capítulos principais. O primeiro capítulo é a introdução onde apresentamos a temática. No segundo capítulo fazemos um pequeno resumo da revisão literária sobre o tema em questão, apresentando conceitos e noções relevantes para abordar as questões que serão estudadas, bem como a selecção de variáveis usadas para o estudo. No terceiro capítulo teremos o desenvolvimento do tema e o tratamento da informação recolhida, bem como a apresentação do modelo estudado e dos resultados obtidos. Por fim temos o quarto, e último capítulo, no qual se faz um pequeno resumo da tese, isto é, dos resultados obtidos e do seu significado.

Para este estudo usou-se o modelo econométrico GMM sobre 48 países africanos, no período entre o ano de 2003 e 2008. Em apêndice encontram-se ainda a base de dados completa e outras informações complementares.

2. Determinantes para Investimento Directo Estrangeiro (IDE)- *uma revisão de literatura*

2.1. Noção e evolução

2.1.1. Noção

Para dar início a esta tese é necessário em primeiro lugar definir Investimento Directo Estrangeiro. O Investimento Directo Estrangeiro (IDE) é uma das formas adoptadas pelas empresas para se internacionalizarem. Contudo o IDE não é só gerador de oportunidades, mas também de riscos, que se prendem não só ao ambiente económico, mas também ao ambiente social e cada vez mais ao ambiente político.

A definição de Investimento Directo Estrangeiro identifica-o como uma componente das receitas financeiras nacionais¹. IDE é o investimento estrangeiro em estruturas domésticas, equipamento e organizações, não se incluindo o investimento directo em “stock markets”.

Este tipo de investimento é considerado mais útil do que o investimento através das multinacionais, porque estes últimos são considerados “hot money”, e que podem sair ao sinal de qualquer problema local; o mesmo já não acontece com o IDE, tendo em conta os autores Macqueen et al (2004).

O IDE são também participações a longo prazo levadas por um agente investidor do país A num país B. Normalmente envolve participação em gestão, ao estilo *joint-venture* sendo este conceito definido por uma forma de aliança entre duas ou mais entidades juridicamente independentes com o fim de partilharem o risco de negócio, os investimentos, as responsabilidades e os lucros associados a determinado projecto.

Historicamente, as “Joint Venture” têm sido estabelecidas entre empresas (ou outras organizações) não concorrentes, geralmente para assegurarem as etapas distintas do processo de execução. Contudo, é cada vez mais frequente observar-se este tipo de relações entre empresas concorrentes, nomeadamente em projectos relacionados com o desenvolvimento tecnológico, situação que se deve, sobretudo, aos grandes volumes monetários necessários a este tipo de projectos. Um destaque especial para as Joint-Ventures estabelecidas entre empresas que pretendam expandir-se para mercados internacionais: neste caso, as

¹ O IDE é uma componente da balança financeira do país, e está inserida na conta capital e financeira, de acordo com Sachs e Larrain (2000)

empresas realizam conjuntamente os investimentos no estrangeiro, dividindo entre si os riscos do negócio. Podemos assim transportar este conceito para uma relação inter-estatal no âmbito do projecto, e correlacionar assim as políticas do IDE Chinês com os projectos em países Africanos. É possível correlacionar as políticas do IDE com os projectos nos países africanos, visto que a maior parte das linhas de crédito e fundos disponibilizados pela China são direccionadas para projectos.

Existem dois tipos de IDE:

Inward IDE (quando o país A recebe o IDE do país B),

e *Outward* IDE (quando o país B envia o IDE para o país A).

Em tendência, o capital de *inward* IDE é investido em recursos locais.

O *outward* IDE é também referido como investimento *abroad*, neste caso é o capital local que está a ser investido num recurso estrangeiro. Este também pode ser encontrado sob a forma de acordos de importação e exportação com o país estrangeiro. Este tipo de IDE floresce sobre a garantia de cobertura do risco por parte do governo.

De acordo com a definição da OCDE, o IDE reflecte o objectivo de obter interesses duradouros por uma entidade residente numa dada economia A numa entidade residente numa economia B que não a do investidor.

De acordo com a OCDE está recomendado que para que uma *Empresa de investimento directo* seja definida como tal, a empresa em questão, isto é, a empresa investidora tem de ser detentora de 10% ou mais das acções ordinárias ou do poder de voto da empresa local.

Estes 10% determinam a existência de uma relação directa de investimento. A detenção de pelo menos 10% implicam que o investidor tem capacidade de influenciar ou participar na gestão da empresa, não requerendo assim o controlo absoluto da mesma para influenciar nas decisões.

Existem países que consideram que a existência de elementos de relacionamento de investimento directo é indicada pela combinação de factores como:

Representação no “boards of directors”;

Participação no processo de tomada de decisões;

Transacções de material inter-companhia;

Intercâmbio de pessoal de gestão;

Provisionamento de informação técnica;

Provisionamento de empréstimos a longo-prazo a taxas mais baixas que as existentes no mercado.

2.1.2. Evolução do Investimento Directo Estrangeiro - Uma Perspectiva Global

Cabe agora fazer um pequeno resumo da evolução histórica do Investimento Directo Estrangeiro.

Nos anos que se seguiram a Segunda Guerra-Mundial o Investimento Directo Estrangeiro (IDE) foi dominado pela potência global dominante na altura, sendo esta potência os Estados Unidos da América que eram um dos grandes vencedores deste conflito que devastou grande parte da Europa.

Entre o período de 1945 e 1960, os EUA eram responsáveis de três quartos (75%) do IDE Global, e isto deveu-se exactamente ao investimento feito pelos EUA na Europa, de acordo com o *site* <http://www.fdi.net>.

Após este período, o IDE passou a ser uma prática generalizada em todo o mundo e desde então tem vindo a crescer de forma contínua, de tal modo que presentemente o IDE representa mais de 20% do GDP global. Este fenómeno deve-se em grande medida à diversidade que o IDE assumiu durante os últimos anos, isto é, enquanto a princípio o IDE era visto como um meio de alguns países terem acesso a alguns produtos ou matérias específicas, e era também um investimento unilateral, com a crescente globalização também se assiste a um crescente multilateralismo e diversificação do IDE. Este fenómeno é tão visível que os países emergentes já são alguns dos grandes receptores de IDE, bem como grandes Investidores em Economias desenvolvidas, como são o caso da China e da Índia, que são os lugares de eleição quanto ao IDE, mas são também grandes investidores em todas as partes do Mundo.

O IDE passou a ser em muitos casos Bilateral, isto é, enquanto um País X investe em um determinado sector no País Y, este País Y investe em outro sector no País X.

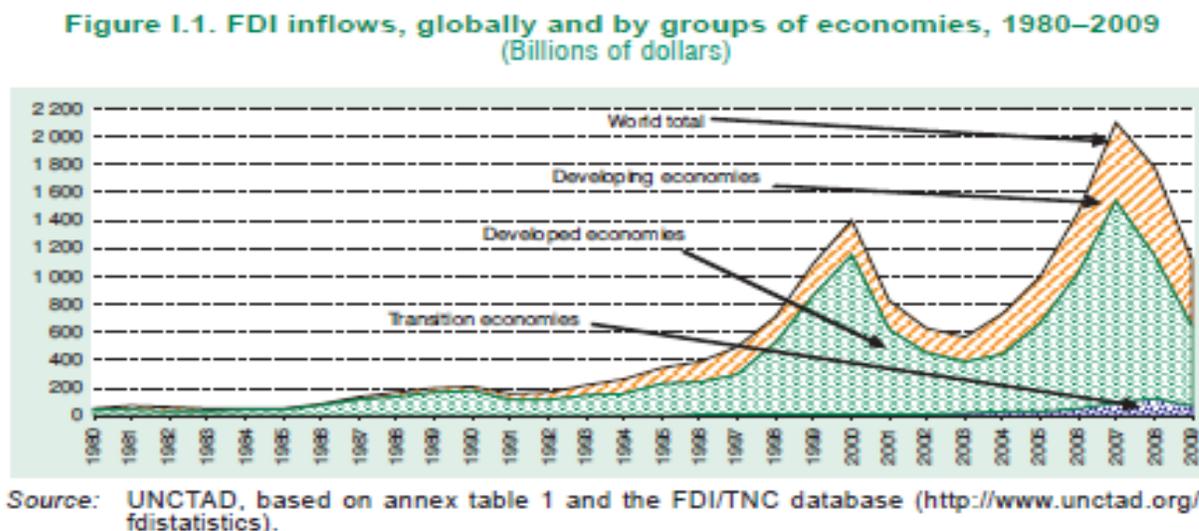
Já se torna cada vez mais difícil distinguir um país investidor de um país receptor de IDE, visto que existe uma interligação cada vez maior entre os países. Temos os casos de países africanos, como Angola que são grandes receptores de IDE Chinês, mas são ao mesmo tempo investidores em países como Portugal, bem como a China que recebe grandes investimentos europeus, e reinveste em várias economias europeias, e em grande escala na economia Norte-Americana.

Os modelos de IDE são variados e têm evoluído ao longo dos anos, e depende de país para país, bem como de sector para sector, isto é, não existe um modelo fixo ou pré-definido para o IDE.

Esta evolução do IDE é produto da evolução das relações económicas internacionais durante as ultimas décadas, e tem como base todo o tipo de avanços económicos, sociais e científicos.

Contudo como iremos ver na figura 1 (abaixo) a verdadeira revolução do IDE desenrolou-se durante as últimas duas décadas, e isto deveu-se em grande medida não só ao crescimento dos BRIC (Brasil, Rússia, Índia, China), que são grandes investidores a nível mundial, mas também do desenvolvimento de várias potências económicas Africanas, que são detentoras de um mercado vasto e promissor a todos os níveis, desde mercados fornecedores de matéria-prima, até aos próprios mercados consumidores.

Figura 1 – Fluxos do IDE



World total – total mundial

Developing economies – Países em Desenvolvimento

Developed economies – Países Desenvolvidos

Transition economies – Economias em transição

Tendo em conta a Figura 1 (acima) podemos então fazer uma breve análise da evolução do Investimento Directo Estrangeiro.

Esta análise dará mais ênfase às últimas duas décadas. Como se pode observar com facilidade a década de 80 foi quase que totalmente dominada pelo IDE entre Países Desenvolvidos.

Contudo, é possível observar que a partir de 1987 o IDE com o destino nos Países em Desenvolvimento tem vindo a crescer de forma contínua até aos dias de hoje, e este crescimento tem acompanhado as tendências mundiais tanto aquando dos períodos de crescimento como dos períodos de contracção.

De acordo com os valores apresentados no *World Investment Report 2010*, foi possível elaborar as seguintes tabelas 1 e 2:

Tabela 1 - IDE stock (inward), por região, 1990/2000/2009

Ano	Mundo (10 ⁶ dólares)	Economias desenvolvidas (10 ⁶ dólares)	% do total	Economias em desenvolvimento (10 ⁶ dólares)	% do total
1990	2081782	1557248	74,80361	524526	25,19601
2000	7442548	5653182	75,95762	1728455	23,22397
2009	17743408	12352514	69,61748	4893490	27,5792

Fonte: *World Investment Report 2010*

Com esta primeira tabela, podemos verificar que apesar de um aumento da % do IDE Stocks para países em Desenvolvimento, entre estes três períodos, este aumento é reduzido.

Tabela 2 - IDE Flows (inward), por região, 2007-2009:

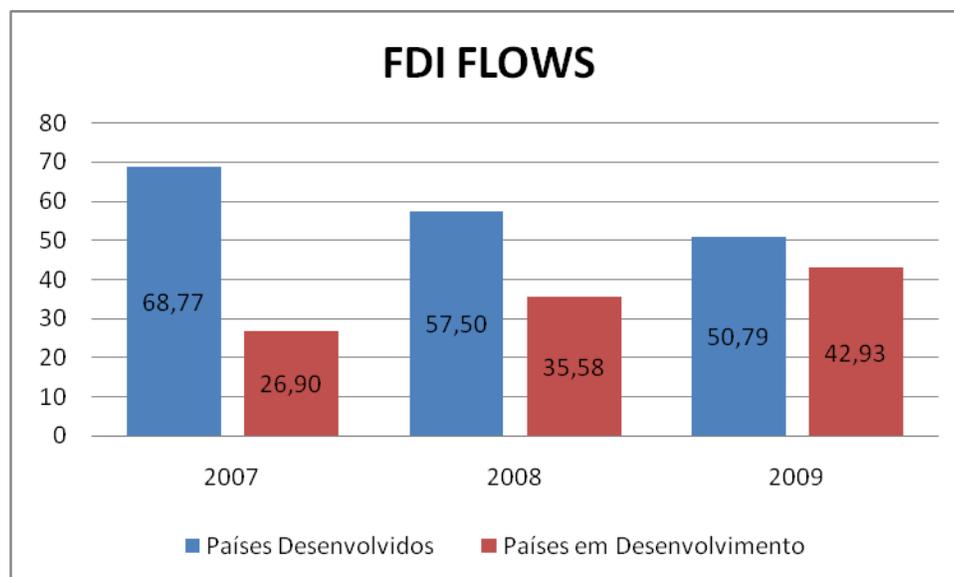
Ano	Mundo (10 ⁶ dólares)	Economias desenvolvidas (10 ⁶ dólares)	% do total	Economias em desenvolvimento (10 ⁶ dólares)	% do total
2007	2099973	1444075	68,76636	564930	26,90177
2008	1770873	1018273	57,50119	630013	35,57641
2009	1114189	565.892	50,78959	478349	42,93248

Fonte: *World Investment Report 2010*

De acordo com esta tabela é possível concluir que durante os anos aqui estudados o IDE emitido tem vindo a deslocar-se dos países Desenvolvidos para os países em desenvolvimento. Este aumento é bastante significativo, visto que em apenas três anos a percentagem do IDE direccionado para as economias em Desenvolvimento passa de 26%, em 2007, para cerca de 43% em 2009, como também nos demonstra o

gráfico abaixo, em que se pode ver claramente um crescente equilíbrio entre os países desenvolvidos e os países em Desenvolvimento para o ano de 2009.

Figura 2 – Fluxos do IDE (%)



Fonte: *World Investment Report 2010*

Contudo estes números retratam os valores a nível global, e para o estudo em causa será necessário desagregar estes valores e analisar o caso dos países Africanos em geral, que têm sido alvo de bastante mediatismo nestes últimos anos.

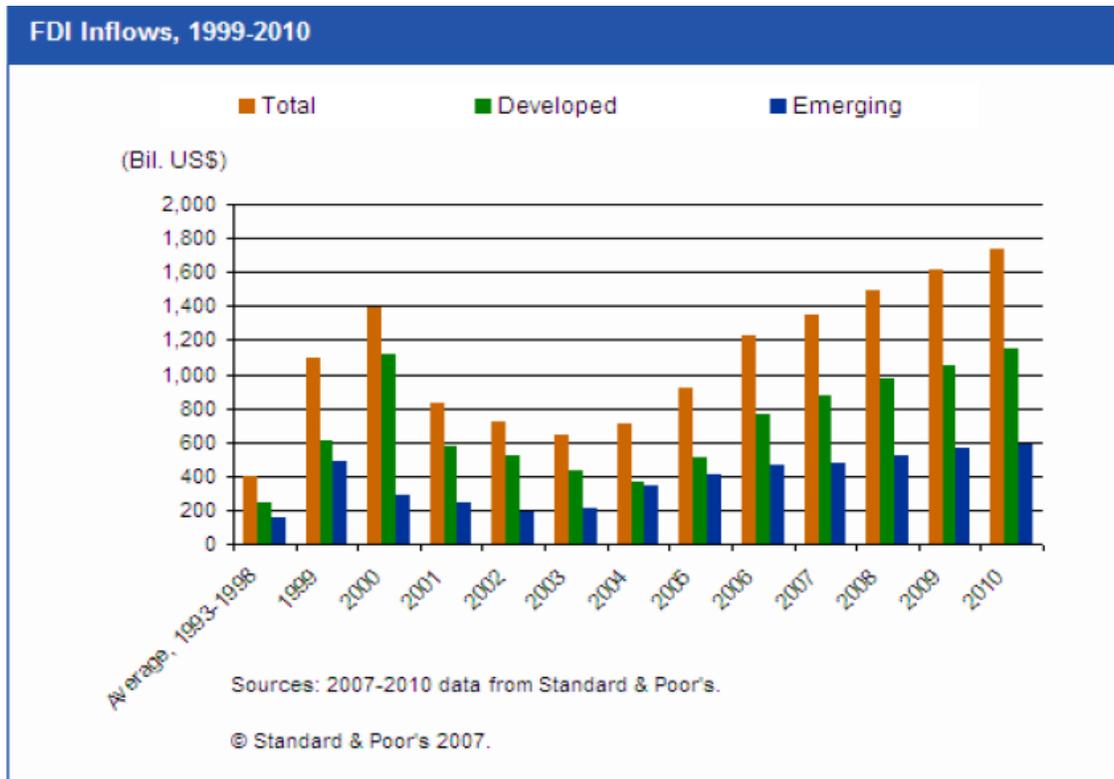
Grande parte deste mediatismo deveu-se a uma grande concentração do IDE global nos países africanos durante as ultimas décadas, que teve as mais diversas origens, incluído o IDE de origem chinesa.

Segundo Cho (2003), a globalização é um processo inevitável e irreversível, e lidando com a capitalização da globalização, salientando os aspectos positivos e mitigando os aspectos negativos, este é o processo mais importante do *millenium*. A globalização aumentou as oportunidades para o sucesso, mas também expôs os países em desenvolvimento a novos riscos.

Compreende assim este conceito de Globalização num âmbito mais económico e financeiro, que pode ser definido como uma abertura e aprofundamento das ligações das economias nacionais a um “mercado global” de bens, serviços e em especial de capitais.

O IDE tem vindo a ser um dos elementos-chave da globalização e da economia mundial durante as ultimas duas décadas. Tem crescido a um ritmo sem precedentes com uma breve interrupção durante a recessão no princípio da década de 1990, como demonstra o gráfico abaixo ilustrado:

Figura 3 - Fluxos do IDE, 1999-2010



Fonte: *World Investment Report 2010*

A última década tem assistido a uma abertura e modernização sem paralelo das economias em todas as regiões, des-monopolização, privatização e participação de privados em infra-estruturas de provisionamento e a simplificação de tarifas.

2.1.3. Evolução do OUTWARD IDE Chinês

De acordo com Davies (2009), em 2008 o IDE global caiu cerca de 20%, enquanto o IDE Chinês quase que duplicou. Esta disparidade é provável que continue em 2009 e 2010, visto que a China investe cada vez mais no exterior.

O IDE Chinês começou em 2000 como o resultado da adoção e promoção de uma política “GO GLOBAL” criada para estabilizar as empresas locais campeãs como jogadores internacionais. Tendo uma média anual de 453 milhões de USD (Dólares Norte Americanos) em 1982-1989 e de 2.3 bilhões entre 1990-1999, este aumentou para 5.5 bilhões em 2004, 12.3 bilhões em 2005, 17.6 bilhões em 2006 e 24.8 bilhões em 2007.

De acordo com os últimos dados cedidos pelo Ministério de Comércio Chinês (Fevereiro de 2009) o IDE acumulado em 2007 foi de 118 bilhões de USD. Com uma predominância do sector terciário, com cerca de 70% do total, o sector secundário com cerca de 16%, e os restantes 14% para a extracção mineira e produção petrolífera.

Uma das razões mais evidenciadas nos *media* internacional e em alguns trabalhos académicos é a necessidade da China em assegurar recursos naturais para abastecer o rápido crescimento, contudo esta não é a área de maior significância no investimento chinês.

O apoio governamental, incluindo o “Official Development Assistance” (ODA), tem sido crucial para este investimento em busca de recursos. As maiores empresas Chinesas têm vindo também a adquirir várias marcas globais, como a IBM ou a Rover. Grandes empresas estatais da China estão a perder o seu monopólio local e estão a diversificar internacionalmente.

Algumas empresas, apesar da grande força laboral que existe no país, estão a procura de localizações para mudar as suas empresas de mão-de-obra intensiva para zonas como Vietname e África onde a força de trabalho é mais barata.

O investimento Chinês não teve um crescimento proporcional em todos os pontos do globo e não ocorreu em simultâneo, mas houve uma alocação desses valores por regiões no globo em diferentes períodos de tempo. Esses investimentos tiveram e continuam a ter uma lógica de investimento suportada não só pelos interesses de mercado ou políticos da própria China, mas acompanharam sempre as tendências mundiais.

Durante o princípio da década de 90 o “grosso” do *outward* do IDE Chinês destinava-se a América do Norte. Mais recentemente a maior parte do mesmo *outward* foi dirigido aos países asiáticos. Durante esses períodos de transição existiram períodos em que grandes somas desse investimento eram alocados na

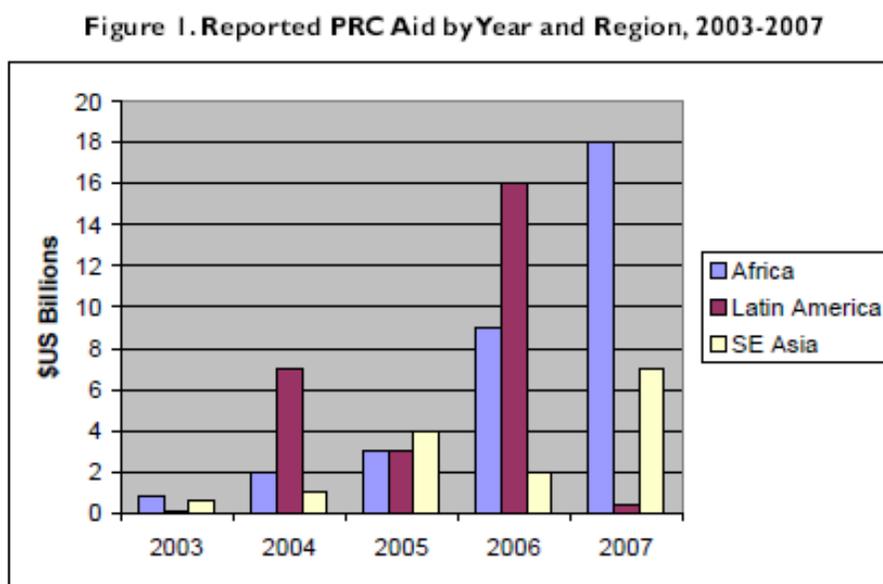
América Latina, contudo durante os últimos anos a China virou a sua atenção para o investimento em África devido a um conjunto de factores que aqui se vão estudar.

De acordo com *Press release* da UNCTAD em 2007 existe um crescimento constante do IDE em África por parte dos países asiáticos, e grande parte dele estava virado para os recursos naturais, mas que com as políticas correctas poderia ser canalizado para outros sectores, como a indústria. Durante os últimos anos a China tem-se tornado um dos maiores investidores e parceiros comerciais de África.

Tendo em conta um artigo da Revista *Exame Angola*, “O mundo em 2011”, a China irá ter um crescimento de 9,6% e em África existem países com taxas de crescimento na ordem dos 7% ou mais. O estudo do FMI, referido nesse mesmo artigo conclui que enquanto os países desenvolvidos terão taxas de crescimento de 2%, os países emergentes e países em desenvolvimento terão as taxas na ordem dos 6,4%.

De acordo com a mesma fonte (*Revista Exame Angola*) é possível concluir que as “jóias da coroa” do crescimento económico global serão a China, a Índia, Brasil e alguns países/regiões em África.

Figura 4 – Ajuda por ano e região, 2003-2007 [fonte: World Investment Report, 2010]



Source: NYU Wagner School, *Understanding Chinese Foreign Aid A Look at China's Development Assistance to Africa, Southeast Asia, and Latin America*, April 25, 2008.

Tendo em conta a Figura 4 (acima) podemos ver a rápida mudança que ocorreu na Ajuda oficial ao Desenvolvimento e correlativamente no investimento Chinês, havendo uma transição de alocação do mesmo, passando da América Latina para África.

2.1.4 Relações comerciais entre China e África

«Os Chineses oferecem-nos betão e o Ocidente valores intangíveis. A transparência, a boa governação... para que serve tudo isso, se as pessoas não tiverem electricidade nem emprego? A democracia não é coisa que se coma.»² Serge Mombouli, conselheiro da Presidência do Congo citado em “ O Safari Chinês”

Tendo em conta este *leit-motif* de Mombouli, podemos então passar para uma discussão das relações comerciais entre a China e a África, na qual podemos verificar que com a abertura do mercado do IDE a um nível global e com o crescimento contínuo do mercado financeiro chinês, houve um estímulo sobre o investimento Chinês em África.

Parte do investimento começa em sectores de apoio básico, desde estradas a barragens até pequenos conjuntos de bairros. Outra parte desse investimento passa pelo sector primário, isto é, o sector agrícola no qual se nota um crescente interesse Chinês na compra de solo africano para uma constante necessidade de recursos alimentares, ou também no sector extractivo. Este último, ao contrário do que é referido, não é exclusivo ao sector petrolífero ou aos recursos energéticos como gaz-natural e carvão, mas também se alastra ao sector de extracção mineira e florestal. Outro sector importante é o sector das obras-públicas, na qual se vê um grande investimento chinês por conta própria ou em cooperação inter-estadual. Estes investimentos são feitos com diversas contra-partidas, mas que por norma são menos rígidas do que aquelas impostas por outros países ou organizações internacionais. Muitas destas contra-partidas são de cariz económico, isto é, passa por um conjunto de cedências e concessões por parte dos governos que requerem este capital. Contudo estas concessões são as preferenciais para países com recursos, mas sem meios para os explorarem ou com capacidade de a curto-prazo fazer cumprir as regras ou termos impostos pelos países mais desenvolvidos.

O sector de serviços é outro dos grandes destinos dos investimentos chineses, mas na grande maioria este parte por conta privada, que visa abastecer o grande mercado africano que não só é um mercado muito numeroso, mas sedento de mercadorias a custos baixos.

Para realçar o que foi escrito anteriormente podemos analisar as tabelas que se seguem nos quais se podem evidenciar as mercadorias e bens que decorrem nas transacções Sino-Africanas.

² Michel, S. E M. Beuret, 2009. “O Safari Chinês”, Publ. Dom Quixote, pag 11

Tabela 3 - Exportações de África para China, uma síntese

PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS DE AFRICA PARA A CHINA	PRINCIPAIS PAÍSES EXPORTADORES
CRUDE	ANGOLA, SUDÃO, CONGO, GUINE
MADEIRA	CONGO, GUINE
FERRO E CONCENTRADOS	AFRICA DO SUL, MOÇAMBIQUE
MINÉRIOS E CONCENTRADOS DE MINERIOS NÃO-FERROSOS	AFRICA DO SUL, CONGO, RD CONGO, NIGÉRIA
DIAMANTES	AFRICA DO SUL
ALGODÃO	CONGO
TABACO	ZIMBABUE
BOBINAS DE FERRO E DE AÇO	AFRICA DO SUL
PLATINA	AFRICA DO SUL
MINÉRIOS CONCENTRADOS DE MANGANÊS	GABÃO, AFRICA DO SUL
COBRE E LIGAS DE COBRE	ZÂMBIA, AFRICA DO SUL, CONGO
ALUMINIO	AFRICA DO SUL
MADEIRAS DE ESPÉCIE NÃO CONIFERAS	GABÃO, AFRICA DO SUL, CONGO

FONTE: Broadman e Isik (2007)

Tabela 4 – Exportações da China para África , uma síntese:

PRINCIPAIS PRODUTOS IMPORTADOS DA CHINA POR ÁFRICA	PRINCIPAIS PAÍSES IMPORTADORES
ROUPAS E TEXTEIS	AFRICA DO SUL, ETIOPIA, SUDÃO, NIGÉRIA
CALÇADO	AFRICA DO SUL, NIGÉRIA
MOTOCICLOS	NIGERIA, GUINE
BATERIAS E ACUMULADORES	NIGÉRIA
ARROZ	NIGÉRIA
BENS DE VIAGENS, MALAS, BOLSAS	AFRICA DO SUL, NIGÉRIA
EQUIPAMENTO ELECTRICO, ELECTRONICO E DE COMUNICAÇÃO	NIGÉRIA, ZAMBIA, ETIOPIA, ANGOLA, AFRICA DO SUL
MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	SUDÃO, AFRICA DO SUL, NIGÉRIA, ANGOLA

FONTE: Broadman e Isik (2007)

Figura 6 - Trocas comerciais entre China e África, 2007 [fonte: World Investment Report, 2010]

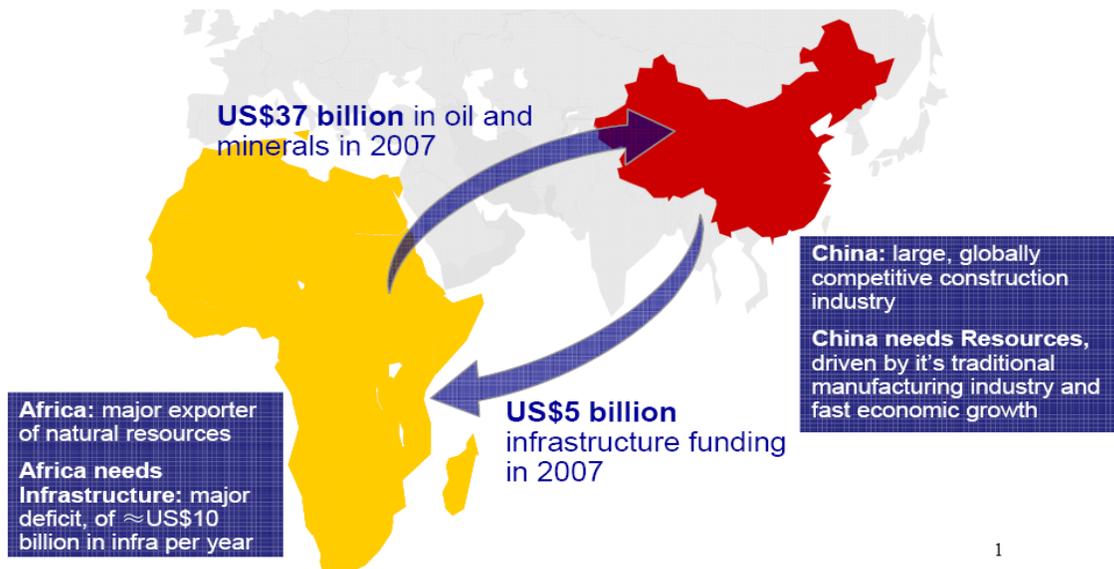
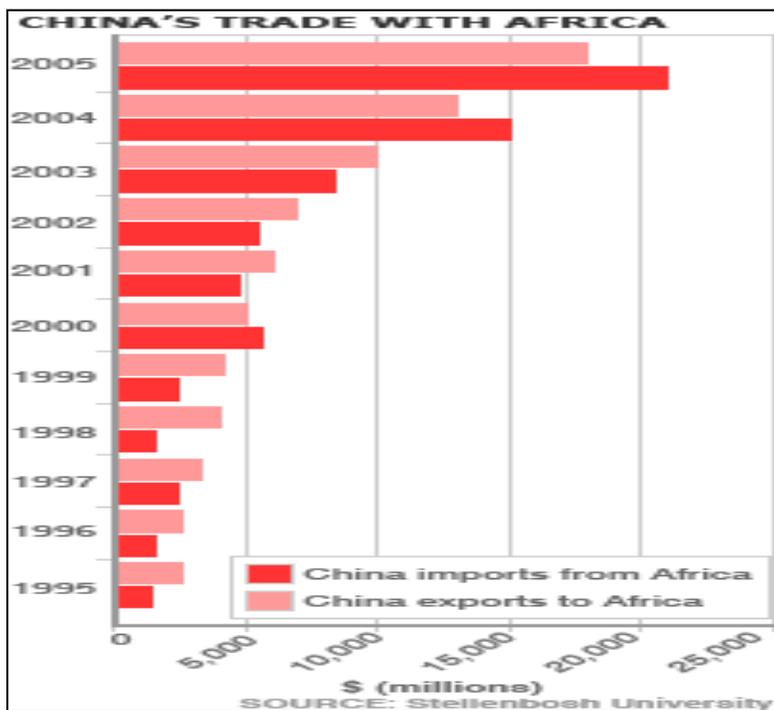


Figura 7 – Trocas comerciais entre a China e África, 1995-2005 [fonte: World Investment Report, 2010]



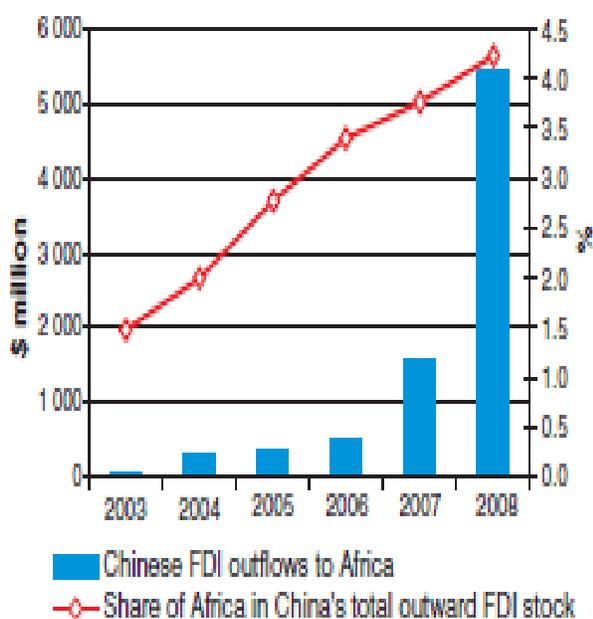
Se analisarmos também a Figura 6 podemos concluir que a China tem vindo a ser um parceiro económico fundamental para África. A Figura 7 representa as trocas comerciais entre a China e África em 2007, evidenciando o crescimento do comércio bilateral entre estes dois blocos entre 1995 e 2005.

2.1.5. Evolução do *inward* IDE em África

É bastante usual, nos dias de hoje, lermos nos jornais e revistas da área sobre os grandes investimentos que são feitos em África. Apesar de não ser um assunto completamente novo, é contudo uma matéria da actualidade. A realidade é que diariamente existem somas avultadas a serem investidas em África, nas mais diversas áreas, abrangendo todos os sectores (primários, secundários e terciários), e estas somas têm vindo a aumentar de valor constantemente. África deixou de ser apenas um mercado de matérias-primas, mas também um mercado consumidor e um mercado financeiro, tendo em conta tanto a evolução histórica do continente como as condições naturais do mesmo. E a necessidade crescente de recursos e de mercados leva a uma expansão natural do mercado financeiro.

Este facto, como sugerido na Figura 7, está também demonstrado na Figura 8.

Figura 8 – Fluxo de IDE Chinês para África



Source: UNCTAD, FDI/TNC database.

Fonte da Figura: World Investment Report 2010

Analisando estes gráficos podemos avaliar a evolução das relações comerciais de um dos maiores mercados a nível mundial com o mercado africano. E podemos então concluir o porquê de este continente ter vindo a crescer como um mercado alvo a nível global. De acordo com a notícia de um jornal angolano,

Jornal de Angola, dia 16/03/2010, na qual se retira uma conclusão feita pelo Presidente , o continente africano resistiu bem a crise.

Um dos factores que tem contribuído para este aumento é a crescente estabilidade política no continente que se reflecte directamente na economia, e como nos diz o senso comum, “investimento gera investimento”.

Um outro grande factor que contribui para este aumento é a importância deste mercado para o investimento vindo dos novos países emergentes, como por exemplo vindo dos BRIC. Esta concorrência leva também a um aumento do investimento por parte de outros países que tentam acompanhar o mercado por diversos motivos.

Sendo assim é natural que muito do IDE seja direccionado para este continente onde o seu retorno é mais rápido, e tende a ser cada vez mais seguro.

Existem várias infra-estruturas em falta levando assim a um investimento mais fácil do ponto de vista tecnológico ou inovador, mas de valores avultados que geram grandes índices de crescimento a todos os níveis, económicos, sociais e políticos.

Cabe-nos agora analisar a importância que este IDE terá para África em si, isto é, qual a vantagem que este IDE tem para os países africanos.

2.1.6. Porque é que o IDE é visto como importante para ÁFRICA?

«..., o influxo de lojas de comercio chinesas deparou com um misto de entusiasmo e preocupação, reflectindo o impacto ambivalente que tem na economia local»³ (Alden, 2009)

O último relatório económico para África pela Comissão Económica das Nações Unidas (N.U). para África advoga que o IDE é a chave para resolver os problemas económicos.

Outras entidades como o FMI e o Banco Mundial sugerem que grandes fluxos de IDE vão resultar em desenvolvimento económico. Os Governos de África subsaariana estão bastante ansiosos em atrair este género de investimento. Estes investimentos deixaram de ser só geradores de emprego e de “spillovers” para a economia, e transformaram-se em meios de promover a competitividade para preencher a falta de recursos económicos.

Os países africanos estão inclinados para atrair IDE. As suas razões diferem, mas podem ser sumariadas em:

- Falta de recursos capitais,
- Intensificação da internacionalização,
- Necessidade de técnicas de gestão eficientes,
- Necessidade de tecnologia,
- E Oportunidade de criação de emprego.

Estas razões são vistas como um meio para desenvolver a economia local quer através da criação de emprego, o que na verdade nem sempre acontece, quer na implementação de novas tecnologias via “spillover” que se vão transferir para a economia local e para os agentes económicos.

Contudo a criação de emprego nem sempre é o que se espera porque tudo depende do tipo de IDE que vai surgir. Muitos estudos indicam que nestes países os empregos gerados são de baixo rendimento e que não levam a uma melhoria do bem-estar da sociedade em geral.

³ “A China em África”, Chris Alden, Sururu Produções culturais, pag. 70

De acordo com Alden (2009), existem várias formas políticas de atrair o IDE, que passam por:

- Incentivos fiscais,
- Incentivos financeiros,
- Incentivos na alteração de regras base.

De acordo com Alden (2009), existem outros factores que influenciam directamente o IDE, sendo as mais importantes:

- Programas de privatização,
- Determinantes económicos como o tamanho do mercado e o rendimento *per capita*,
- Determinantes económicos para IDE relacionado com recursos naturais,
- Determinantes económicos relacionados com eficiência, como custos de produção, de bens intermédios, de infra-estrutura, e
- Estabilidade política e social, e decisão de regras e acordos sobre o IDE.

2.1.7. Modelo de investimento Chinês em África: “Empréstimos favoráveis do Governo Chinês e o Crédito Preferencial ao Comprador Exportação”

Neste capítulo não irei descrever o contrato e o crédito detalhadamente, mas irei delinear os seus contornos e linhas mais gerais.

Existe um modelo tipo de relação política e económica entre a China e países Africanos. Este modelo é denominado de “*modelo Angola*”. Isto tem mostrado uma tendência crescente no qual a Republica Popular da China faz empréstimos através do EXIM BANK, que é a única entidade de crédito presente nestes contratos.

Regra geral estes créditos são feitos tendo como base um projecto de investimento em infra-estruturas, social ou industrial.

Estas concessões de crédito são uma ferramenta de política externa, principalmente em países Africanos com falta de recursos monetários, mas com um grande potencial em recursos naturais, especialmente aqueles que têm uma rede deficitária e carente de infra-estruturas. Estes acordos financeiros também são importantes para manter as taxas de desemprego chinesas mais baixas, visto que são as empresas chinesas que têm o direito a receber o contrato, e esta é uma das condições obrigatórias para os contractos com o EXIM BANK.

Estes contratos tendem a ser a longo prazo e com juros muito abaixo dos cedidos pelos mercados financeiros ou por outros países. Contudo estes países que recebem os empréstimos asseguram estes juros com contratos de cariz diferente do crédito, sendo a obrigatoriedade contratual de fornecer um determinado produto ou recurso natural durante um determinado período temporal, ou a um determinado preço.

É assumido muitas vezes que as empresas chinesas estão menos cientes do risco que é o investimento em África, contudo isto não é verdade: o que acontece é que os bancos chineses suportam os custos e facilitam os juros e garantias às empresas chinesas que de certo modo acabam por estar ligadas ao Estado, visto que as contra-partidas são as garantias em recursos tão necessários a grande potência económica que é a China.

Este crédito funciona como uma conta corrente mantida na China em nome do país devedor, o qual se encarrega de pagar directamente os serviços às empresas Chinesas. Deste modo assegura-se que o capital se mantém na economia doméstica Chinesa.

Esta aproximação chinesa a África remete para uma “coligação de investimentos” entre vários sectores, isto é, estes investimentos são feitos em sectores que se complementam e entre economias que se complementem em termos de necessidades. Estes casos são facilmente visíveis, vale a pena realçar os países em que os chineses investem tanto em construção como na extracção de recursos naturais, como nos exemplos que se seguem de Angola, Gabão e Zimbabué.

ANGOLA:

O contrato para um empréstimo de 4.5 biliões cedidos para a reconstrução de infra-estruturas, em troca as condições negociadas foi a um juro da taxa LIBOR mais 1.5% pontos percentuais durante 17 anos, incluindo um período de “graça” por cinco anos. Deste modo a China assegura o fornecimento de 10.000 barris de petróleo por dia, ao preço de mercado do dia, um mínimo de 50% dos serviços, materiais, tecnologias e equipamentos tem de ser provenientes da China.

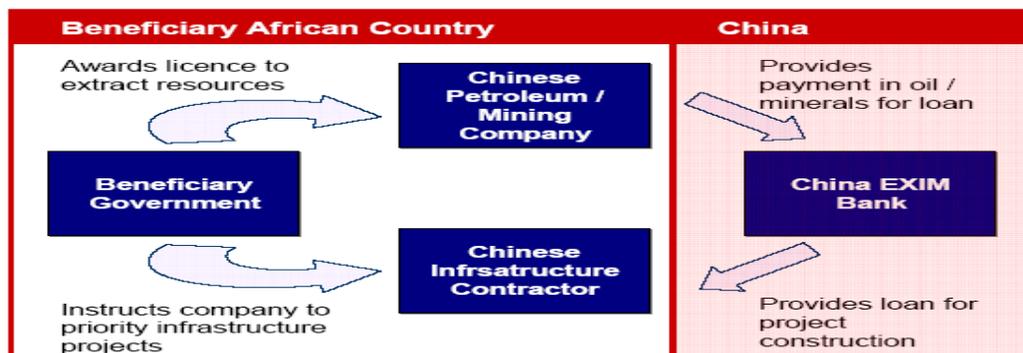
ZIMBABUÉ:

No caso do Zimbabué, a China fornece 58 biliões para material agrícola em retorno de fornecimento de tabaco.

GABÃO:

No caso do Gabão existe um contrato que cede a China direitos únicos de exploração a depósitos de ferro ricos, localizados em Belingo, um investimento inicial de 590 milhões.

Figura 5 - “Modelo Angola”



Fonte: Sebastian (2008)

De seguida é útil falar do contrato em si, isto é os contornos gerais do contrato, retirados do *Exim Bank of China*:

O conceito básico associa estes empréstimos a empréstimos favoráveis do Governo Chinês que se referem aos créditos de médio ou longo prazo, com taxas de juros reduzidas, feitos pelo Exim Bank com a autorização do Governo Chinês com a natureza de assistência oficial.

O Empréstimo favorável tem como objectivo:

- Financiar projectos industriais, construção de infra-estruturas e projectos de bem-estar social no país que pede o crédito, que possam gerar retornos económicos ou benefícios para a sociedade.
- Financiar o país que pede o empréstimo a aquisição de produtos electrónicos, mecânicos e tecnologia chinesa, ou serviços e outros bens.

Em princípio o valor do empréstimo não deve ser menos de 20 milhões de RMB (20 RMB = 3.04554 U.S. dólares, taxa cambial de Março 2011).

As Taxas de juro e maturidade serão discutidos entre os governos dos dois países (Governo Chinês e o governo que peça o empréstimo).

Os Critérios para o projecto passam por algumas condições:

O Projecto tem de ser aprovado pelos dois Governos.

O Governo que pedir o empréstimo tem de ter relações diplomáticas estáveis com a China, tem de ser politicamente estável e economicamente estável. Deve ser um país com capacidade de pagar o crédito, e um histórico de cumprimento contratual

O projecto tem de ser viável e tem de se enquadrar no conjunto de sectores vitais que possam contribuir para o crescimento económico ou benefício social do país.

As companhias chinesas serão as seleccionadas como empreiteiros da obra. O equipamento deve ser fornecido por um exportador Chinês, em princípio.

Também por princípio o equipamento, materiais e tecnologias têm de ser de origem chinesa, pelo menos 50%.

Os fundos complementares para o projecto já devem estar disponíveis.

2.2. Determinantes do IDE

2.2.1. O Impacto do risco político no investimento directo estrangeiro

De acordo com Aguiar e Gulamhussen (2009), o investimento directo estrangeiro (IDE) é uma das formas adoptadas pelas empresas para se internacionalizarem. O IDE cria oportunidades mas também gera riscos. Estes prendem-se, não só ao crescimento económico, como também ao social e, cada vez mais, com o político. Aliás, Aguiar e Gulamhussen (2009) evidenciam como o controlo da corrupção, a eficiência do governo do país receptor e a estabilidade política no mercado de acolhimento podem potenciar a entrada de IDE. Também nesta linha Acemoglu (2001) discute a qualidade regulatória como correlacionada com a atracção de IDE.

Muitos estudos têm sido feitos para determinar o que leva países desenvolvidos a investir em países em desenvolvimento ou emergentes com economias (não raras vezes) instáveis (Bellak et al, 2008). Um dos factores que tradicionalmente poderia afastar o IDE eram as altas taxas de inflação que determinado país (potencialmente receptor) vinha manifestando (Bellak et al, 2008).

Segundo a definição da OCDE este é um tipo de investimento internacional feito por uma entidade residente num determinado país (investidor directo) com o objectivo de estabelecer um interesse duradouro numa empresa residente num país diferente daquele onde se encontra registado o investidor (empresa de investimento directo). «Interesse duradouro» implica a existência de um relacionamento de longa duração entre o investidor directo e a empresa, bem como um grau importante de influência exercida, pelo investidor directo, sobre a gestão dessa empresa.

O IDE implica a transferência, para um país estrangeiro, de um conjunto de recursos, nomeadamente de capital financeiro, tecnologia, *Know-how*, técnicas de gestão, liderança e acesso a mercados externos.

No próximo sub-capítulo tentarei expor de forma simples as tendências que as políticas dos países em geral tendem a seguir no que diz respeito a atracção do IDE. Este tipo de IDE gera benefícios mas também gera riscos, como por exemplo o surgimento de rendas políticas, exploração de recursos descontrolada ou o IDE de curto prazo que está associado a um período de curta duração e sem repercussões benéficas na economia a longo-prazo. Este é por exemplo o caso reportado por Broadman e Isik (2007), relativamente ao IDE especulativo, que visa aproveitar as altas taxas de crescimento do PIB per capita de economias

emergentes (como as do Brasil, da Rússia, da Índia ou da própria China) sem preocupações de influência de longo prazo.

2.2.2. Tendências das políticas do país anfitrião para promover o IDE

De acordo com Cho (2003), recentemente, as políticas de atracção de IDE da maioria dos países desenvolvidos e em desenvolvimento têm tomado uma forma mais liberal. Esta liberalização no cerne das políticas consiste em reduzir as barreiras (como por exemplo alfandegárias, ou burocráticas), melhorar o tratamento aos investidores estrangeiros, e assegurar o funcionamento próprio dos mercados a um vasto leque de investidores. Com a liberalização dos mercados, muitos países são forçados a um maior esforço para atrair o IDE num mercado tão competitivo, nomeadamente reforçando as políticas de flexibilização laboral ou de importação de mão-de-obra (Broadman e Isik, 2007) .

Sendo o IDE considerado uma das maiores fontes de capitalização, de *know-how* técnico, não só no mercado industrial, mas também no mercado de serviços e da indústria extractiva é necessário atrair esta fonte de capital.

Com esta liberalização surge então um aumento das opções disponíveis para a alocação de IDE.

Tendo em conta quais as medidas empregadas pelos países para atrair investimento existe um conjunto vasto de opções políticas:

- Criar um sólido e estável ambiente macro económico, incluindo um ambiente empresarial transparente,
- Promoção de clusters e infra-estruturas técnicas e físicas,
- Desenvolvimento de recursos humanos,
- Desenvolvimento das capacidades das empresas locais, especialmente as PME
- Resolver problemas sociais e ambientais,
- Adopção de leis competitivas e redução de práticas restritivas ao negócio,
- Influenciar o comportamento dos investidores através de incentivos e impondo requerimentos no desempenho,
- Criar mercados maiores através de cooperações regionais e bilaterais,
- Proteger o investimento, incluindo os direitos de autor,

Vários países implementaram medidas que visavam a atracção de FDI, estas foram evoluindo ao longo dos anos, visto que o objectivo deixou de ser atrair investimento em quantidade mas sim em qualidade, com impacto benéfico na economia doméstica.

No que diz respeito aos requerimentos no desempenho e eficiência do FDI, quase todos os países desenvolvidos ou em desenvolvimento, recorreram a estes requerimentos em algum nível do seu desenvolvimento. Alguns dos objectivos específicos para estes requerimentos, de acordo com Aguiar e Gulamhussen (2009) são:

- Aprofundamento e alargamento da base industrial,
- Criação de oportunidades de trabalho,
- Promoção de ligações,
- Geração e desempenho das exportações,
- Equilíbrio na transacção económica,
- Promoção de desenvolvimento regional,
- Evitar a prática restritiva de negócios,
- E Transferência de tecnologia,

Firmas locais fortes atraem FDI, e a entrada de filiais estrangeiras por sua vez aumenta a competitividade e dinamismo do mercado doméstico.

O canal mais forte para a difusão de capacidades, conhecimento e tecnologia são as ligações com as empresas locais. Isto pode levar a um crescimento do sector empresarial e à fundação do desenvolvimento económico.

As empresas estrangeiras, por sua vez, podem beneficiar destas ligações visto que é uma oportunidade para reduzir os custos e aumenta o acesso ao mercado local. Logo existe um interesse substancial mútuo para ambos os lados em criar estes laços.

Apesar de os países terem recorrido a várias medidas e políticas para aumentar o benefício deste investimento, muitas destas medidas foram sujeitas a um conjunto estrutural de regras internacionais propostas pela WTO (Organização Mundial do Comércio).

2.3. Factores que influenciam as decisões do investidor

Para podermos então encontrar alguns elementos que nos possam explicar o porquê do investimento em África feito por investidores chineses neste sub-capítulo vamos estudar alguns factores que influenciam as decisões e comportamentos dos investidores.

De acordo com Ntwala Mwilima (2003) no seu artigo “*A foreign direct investment in Africa*” é normal dizer que uma política forte e um regime regulador, instituições apropriadas, boas infra-estruturas, estabilidade política e económica são os factores importantes para atrair investimento.

De acordo com Ludger Odenthal (2001), existem outras determinantes para o investimento no estrangeiro. São estas:

- Os acordos internacionais sobre o IDE,
- Determinantes económicos como o tamanho do mercado e o rendimento per capita,
- Determinantes económicos que atraíam o IDE que visa os recursos naturais,
- Determinantes económicos que atraíam IDE que vise a eficiência,
- E os programas de privatização.

Existem várias razões que são mencionadas para justificar o atraso do IDE em países africanos, sendo estas a burocracia (Addison e Mavrotas, 2004), o tamanho do mercado, falta de políticas, falta de oportunidades de lucro, percepções negativas, falta de capacidade de concretização, regulamentação no âmbito do trabalho, corrupção e infra-estruturas fracas. No entanto, autores como Alden (2009) fazem referência ao potencial de exploração dos recursos aráveis (solo e sub-solo) em África como um elemento que atrai o IDE Chinês, na medida em que dados recentes vêm confirmando o esgotamento preocupante dos ecossistemas da China e os seus próprios recursos do sector primário.

Se, adicionalmente, tivermos em conta o crescimento populacional em África, e com isso o crescimento do mercado, podemos facilmente concluir o porquê desta evolução do IDE em África, também devido ao estímulo demográfico.

De acordo com Cho (2003) podemos ainda concluir que o IDE normalmente representa um compromisso a longo-prazo para o país “anfitrião” e contribui para a formação de capital em países em desenvolvimento. Como já foi previamente dito durante os sub-capítulos anteriores este investimento tende a ser mais seguro que outras formas de obter capital porque geram obrigações para o país “anfitrião”. Sendo assim temos um maior nível de estabilidade. Deste modo este meio de financiamento/investimento pode ser

um instrumento válido para os países em desenvolvimento poderem responder às oportunidades que surgem aquando da integração da economia global e logo competir no mercado global.

A tabela seguinte (tabela 6) faz uma síntese das condições políticas e económicas que influenciam o Investidor Estrangeiro. Nesta tabela existem dois factores importantes, sendo estes o económico que está subdividido em três condições (Mercados, Recursos e a Competitividade); e o mesmo acontece para as condições políticas, que também estão subdivididas em quatro factores importantes, sendo estes factores as Políticas Macro, as Políticas de IDE, o Sector Privado, e as Trocas Industriais.

Tabela 5 - Condições económicas e Políticas dos países receptores que condicionam o IDE

Condições económicas	Mercados	Tamanho, nível de rendimento, urbanização, perspectivas de estabilidade e crescimento, acessibilidade a mercados regionais.
	Recursos	Recursos naturais, localização
	Competitividade	Disponibilidade laboral, custos, capacidades da mão-de-obra, capacidade de "treino", capacidades dos técnicos de gestão, suporte tecnológico, acesso a inputs, infra-estrutura.
Políticas dos países anfitriões	Políticas Macro	Gestão de variáveis macro cruciais, acesso a troca com o mercado externo
	Sector Privado	Promoção do sector privado, políticas claras e estáveis, políticas de livre entrada e saída, mercados financeiros eficientes
	Trocas industriais	Políticas de trocas, integração regional e acesso a mercados regionais, políticas de competitividade, apoio às pequenas e médias empresas.
	Políticas IDE	Fácil acesso, direito a propriedade, incentivos, acesso a inputs, políticas estáveis e transparência.

Fonte: Cho (2003)

2.4. Conclusões da revisão da literatura

Após esta serie de subcapítulos é possível então desenhar um quadro geral que resume as variáveis que mais impacto possam ter no IDE chinês alocado em África. Em síntese, os autores consultados apontam para as seguintes dimensões e variáveis para o IDE chinês, como nos demonstra o quadro abaixo:

Tabela 6 – Síntese dos determinantes do IDE chinês

Variáveis	Justificação	Autores
Inflação	Altas taxas de inflação sugerem maior incerteza macroeconómica	Bellak, Leibrecht, e Stehrer (2008)
Controlo da Corrupção	Menor Corrupção promove maior diversidade de investimentos estrangeiros	Aguiar e Gulamhussen (2009)
Eficiência do Governo	Um governo mais eficiente está menos dependente do mono-investidor e do mono-investimento	Aguiar e Gulamhussen (2009)
Estabilidade Política	Uma maior estabilidade política atrai investimento	Aguiar e Gulamhussen (2009)
Crescimento do PIB per capita	Medida de causas do Desenvolvimento Económico	Broadman e Isik (2007)
PIB per capita	Efeito de escala na atracção do IDE	Broadman e Isik (2007)
População	Efeito de Mercado	Acemoglu (2009)
Qualidade regulatória	Leis claras atraem IDE	Acemoglu (2009)
Área florestal	Atracção por recursos naturais	Alden (2009)
Área arável	Atracção por recursos naturais	Alden (2009)
Índice de Diversificação das Exportações	Efeito de atracção	Hung(2006)
IDE global recebido	Efeito de atracção (um IDE maior emitido por vários países leva a que outros países invistam no país receptor)	Addison e Mavrotas (2004)
IDE (% PIB)	Efeito de composição (maior dependência do IDE tende a levar ao crescimento futuro do IDE)	Addison e Mavrotas (2004)

3. Modelo empírico e dados

3.1. Modelo empírico

Com base na revisão de literatura que foi exposta nos primeiros dois capítulos, vamos desenhar o nosso modelo econométrico:

$$\begin{aligned}
 idechines_{it} = & const_{it} + \alpha 1 * idechines_{it-1} + \alpha 2 * corrupt_{it} + \alpha 3 * pop_{it} + \alpha 4 * forest_{it} + \\
 & \alpha 5 * govefi_{it} + \alpha 6 * polestab_{it} + \alpha 7 * exp\ div_{it} + \alpha 8 * fdi_{it} \\
 & + \alpha 9 * areaagric_{it} + \alpha 10 * gdppc_{it} + \alpha 11 * gdpgrow_{it} + \alpha 12 * inf\ lat_{it} + ei + \varepsilon_{it}
 \end{aligned}
 \tag{eq.1}$$

O nosso modelo econométrico vai testar as dimensões que poderão determinar o IDE chinês alocado em 48 países africanos observados entre 2003 e 2008. Em anexo está disponível a base de dados para consulta do leitor.

Na eq.1, vamos estimar o investimento directo estrangeiro (*idechines*) para *i* (48) países africanos entre o período de 2003 a 2008 (*t*), em função do investimento do ano anterior (*ide_it-1*), o controlo do nível corrupção (*corrupt_it*), o número populacional (*pop_it*), a área florestal (*forest_it*), a eficiência do governo (*govefi_it*), o nível de estabilidade política (*polestab_it*), o valor da diversificação das exportações do país (*expdiv_it*), o valor do investimento estrangeiro directo (*fdi_it*), a dimensão da área agrícola (*areaagric_it*), o PIB per capita (*gdppc_it*), o crescimento anual do PIB percentualmente (*gdpgrow_it*), o crescimento percentual da inflação (*inflat_it*) e de uma constante (*const_it*).

Para este trabalho estimou-se a EQ1 pelo método de estimação GMM (Generalized Method of Moments), visto que esta solução permite-nos superar os problemas de auto correlação que outros modelos apresentaram (como sugerido em Apêndice).

O nosso painel de observações consistiu em 48 países (que se encontram em anexo) observados no período de 2003 e 2008. Em anexo está disponível um texto justificativo para o uso do método GMM.

As fontes das variáveis que foram usadas para construir a base de dados estão descritas na Tabela 8.

Tabela 7 – Fontes das Variáveis

IDE Chinês	2008 Statistical Bulletin of China Outward FDI
População	WORLDBANK DATA
Área de superfície (km ²)	WORLDBANK DATA
Área Florestal (sq. km)	WORLDBANK DATA
Controlo da corrupção	The Worldwide Governance Indicators (WGI) project
Eficiência do Governo	The Worldwide Governance Indicators (WGI) project
Estabilidade Política	The Worldwide Governance Indicators (WGI) project
Qualidade Reguladora (0-100 %)	The Worldwide Governance Indicators (WGI) project
Índice de diversificação das exportações	WORLDBANK DATA
IDE, net-inflows (US\$)	WORLDBANK DATA
IDE (% do PIB)	WORLDBANK DATA
Área agrícola (sq km)	WORLDBANK DATA
Tempo para abrir um negócio (anos)	WORLDBANK DATA
PIB per capita (US\$)	WORLDBANK DATA
Crescimento do PIB per capita (% anual)	WORLDBANK DATA
Inflação	WORLDBANK DATA

3.2. Resultados

A tabela seguinte (tabela 9) apresenta as estatísticas descritivas das variáveis

TABELA 8 – Estatísticas descritivas

variáveis	observações	média	desvio	máxima	minima
Inflação, PIB deflator (anual %)	273	1,972	1,096	5,943	-3,538
controlo da corrupção	288	3,142	0,935	4,437	0
Efeciência do Governo	288	2,975	1,039	4,431	-0,105
Estabilidade Política	282	3,239	0,931	4,483	-0,336
PIB per capita growth (anual %)	229	1,112	0,912	3,533	-2,534
PIB per capita (current US\$)	285	6,737	1,236	10,244	4,449
População	288	15,881	1,518	18,835	11,321
Qualidade Reguladora (percentile rank 0-100)	287	3,105	0,886	4,372	-0,693
Area florestal (sq. km)	240	10,091	2,503	14,11	3,784
Area Agrícola (sq. km)	240	2,023	2,023	14,129	4,094
Indice de diversificação de exportações	240	1,668	1,069	4,278	0,095
Investimento Directo estrangeiro (% of GDP)	214	18,687	2,233	23,172	8,433
Abrir um negocio, time (years)	180	1,117	0,414	2,079	0,262
IDE chines	277	2,536	2,023	8,024	-4,605

Algumas das variáveis (PIB per capita, População, Área florestal, Área Agrícola e IDE Chinês) foram logaritmizadas para não se incorrer no risco de problemas de heterocedasticidade do painel.

Segue-se a tabela dos resultados (Tabela 10):

TABELA 9 – Resultados (Método dos Momentos Generalizados)

variáveis	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)
IDEchines (ano anterior)	-0,499* (0,204)	0,305*** (0,115)	0,394*** (0,129)	0,395* (0,123)	0,357*** (0,123)	0,358*** (0,125)	0,372*** (0,122)	0,352*** (0,124)	0,401*** (0,11)
PIB per capita growth (annual %)	0,123*** (0,002)	0,17** (0,057)	0,264** (0,037)	0,266*** (0,038)	0,27** (0,118)	0,188* (0,102)	0,186* (0,101)	0,193* (0,105)	0,159* (0,096)
controlo da corrupção	-0,095 (0,335)	0,401** (0,324)	0,915* (0,487)	0,912* (0,485)	1,083*** (0,417)	0,901** (0,362)	0,873** (0,397)	0,804** (0,379)	0,568* (0,356)
Eficiência do Governo	-0,878*** (0,212)	-0,703*** (0,268)	-0,697* (0,397)	-0,71* (0,403)	-0,656* (0,346)	-0,698** (0,335)	-0,683** (0,342)	-0,653** (0,329)	-0,558* (0,329)
Estabilidade Política	0,626* (0,364)	0,727* (0,389)	0,902 (0,569)	0,893* (0,523)	0,92** (0,478)	0,94** (0,464)	0,967** (0,473)	0,976** (0,464)	0,977** (0,434)
Inflação, PIB deflator (anual %)	0,247* (0,111)	0,315** (0,313)	0,311 (0,229)	0,314 (0,248)	0,139 (0,177)	0,149 (0,172)	0,169 (0,178)	0,183 (0,177)	
PIB per capita (current US\$)	0,742** (0,657)	1,101 (0,802)	2,163** (0,987)	2,143** (0,986)	1,026 (0,666)	0,867 (0,57)	0,605 (0,588)		
População	-19,231** (9,001)	-16,342* (8,916)	-16,753 (11,214)	-15,698* (9,153)	-9,914 (7,236)	-10,215 (7,171)			
Qualidade Reguladora (percentile rank 0-100)	0,225 (0,486)	0,605 (0,572)	-0,254 (0,533)	-0,241 (0,549)	-0,574 (0,483)				
Area Florestal (sq. km)	-3,996 (3,925)	-4,605** (1,963)	-1,564 (11,21)	-1,366 (3,539)					
Area agricola (sq. km)	0,001 (0,001)	-0,001 (0,001)	3,235 (16,965)						
IDE, net inflows (current US\$)	-0,063 (0,055)	0,127 (0,202)							
Index da DiVersificação das Exportações	-0,031 (0,335)								
constante	0,839** (0,23)	0,507** (0,234)	0,367** (0,241)	0,355 (0,209)	0,363* (0,2)	0,376* (0,197)	0,183* (0,123)	0,279** (0,075)	0,289 (0,68)
wald statist	205,59	34,29	36,99	35,88	26,2	21,96	16,55	14,69	24,93
Arellano-Bond tes of 2nd autocorrelation	-1,16	-0,58	0,23	0,23	0,96	0,65	1,1	1,04	0,56
número de observações	58	77	90	90	123	123	123	123	126
número de grupos	29	35	39	39	41	41	41	41	41

Legenda: nível de significância : 1% (**); 5% (**); 10% (*). Erros estimados entre parêntesis.

Cabe agora fazer uma análise dos resultados obtidos pelo nosso modelo econométrico expostos na tabela acima. É possível concluir que das variáveis usadas e tendo em conta os dados disponíveis as variáveis que mais impacto têm sobre o Investimento Directo Chinês em África são o Investimento Directo Chinês do período anterior, o controlo do nível de corrupção, a eficiência do governo do país africano, a estabilidade política do país, e o crescimento percentual do PIB do país africano.

Agora que já sabemos as variáveis que são as de maior importância para o investimento chinês em África falta analisar que impacto é que estas têm, isto é, se o impacto destas é no sentido positivo ou negativo. As variáveis que têm um impacto positivo são: o investimento chinês do período anterior, o controlo do nível de corrupção, a estabilidade política, e o crescimento percentual do GDP. Já em sentido negativo temos unicamente a eficiência do governo.

Cabe agora quantificar o impacto que estas têm no IDE, usando os resultados obtidos para a especificação mais parcimoniosa (especificação 9 na Tabela 10):

- Se o IDE do ano anterior crescer em 1% o IDE chinês deste ano crescerá em 0,4%;
- Se o controlo do nível de corrupção crescer 1% o IDE chinês crescerá em 0,56%;
- Se a estabilidade política crescer em 1% o IDE chinês crescerá em 0,97%;
- Se o crescimento do PIB per capita aumentar em 1 ponto percentual o IDE chinês crescerá em 0,15%;
- Se a eficiência do governo crescer em 1% o IDE chinês já diminui em -0,5%.

3.3. Implicações e Desafios Futuros

Tendo em conta os resultados obtidos pelo nosso estudo, foi possível concluir que para os investidores chineses as variáveis mais importantes ligam-se directamente ao nível político do país e ao crescimento económico do país, sendo estes: o Investimento Directo Chinês do período anterior, o controlo do nível de corrupção, a eficiência do governo do país africano, a estabilidade política do país, e o crescimento percentual do PIB do país africano.

Destes as variáveis que têm um impacto positivo são: o investimento chinês do período anterior, o controlo do nível de corrupção, a estabilidade política, e o crescimento percentual do PIB, o que nos levam a concluir que o melhoramento destas variáveis é do interesse dos investidores chineses, e dos próprios países. Sugere-se então que estes mesmos países devam aplicar políticas que favoreçam em grande medida estas componentes do seu ambiente político-económico, como por exemplo políticas que visem a estabilidade política do país e o controlo da corrupção. Ou políticas do ponto de vista económico que levem a um aumento do PIB no país. Já em sentido negativo temos unicamente como variável a eficiência do governo, o que nos pode ser interpretada de várias maneiras, sendo por exemplo que um governo mais eficiente necessita de menos recursos para fazer cumprir os mesmos objectivos, que um governo mais eficiente pode levar a uma maior dificuldade para chegar a um acordo de investimento; que um governo com maior eficiência tem outros investidores, ou está inclinado para outro nível de investimento.

Deste conjunto, as variáveis que têm um impacto positivo são: o investimento chinês do período anterior, o controlo do nível de corrupção, a estabilidade política, e o crescimento percentual do PIB, o que nos leva a concluir que o melhoramento destas variáveis é do interesse dos investidores chineses e dos próprios países.

Desafios futuros

Tendo em conta que este tema merece ser explorado ao máximo pela sua própria natureza e visto que é uma questão bastante discutida não só no meio académico como pelos meios de comunicação, para aprofundar este estudo proponho ainda a expansão da base de dados, incluindo mais variáveis, expandir o espaço temporal de modo a conseguir um quadro mais geral e mais representativo da realidade do continente africano e das suas relações comerciais com África.

Outro desafio futuro será também a utilização do *software* DEA (*data envelopment analysis*) de modo a conseguir distinguir os países mais eficientes deste grupo, e tentar então classificar por grupos, encontrando uma base comum para os mesmos.

4. Conclusão

Esta tese de mestrado abordou a temática do Investimento Directo Estrangeiro (*IDE*) Chinês em África, mais propriamente as variáveis que determinam o *IDE* Chinês em África.

Nos primeiros capítulos foram abordadas as questões mais gerais, no qual se fez uma exposição do tema e dos conceitos mais básicos para melhor se compreender o trabalho. Ainda no segundo capítulo após o resumo da revisão literária estão explanadas as variáveis usadas e os autores que as corroboram.

No terceiro capítulo foi discutido também o modelo usado para estimação da equação de determinantes. Esta equação foi estimada pelo Método dos Momentos Generalizados (GMM).

Lendo os resultados obtidos, foi possível concluir que para os investidores chineses as variáveis mais importantes ligam-se directamente ao nível político do país africano e ao crescimento económico do país. Em detalhe, as variáveis mais atraentes para o investidor chinês em África são: o Investimento Directo Chinês do período anterior, o controlo do nível de corrupção, a estabilidade política do país, e o crescimento percentual do PIB do país africano.

Já em sentido negativo temos unicamente como variável a eficiência do governo, o que nos leva a concluir que quanto maior o grau de eficiência menor serão os montantes de *IDE*.

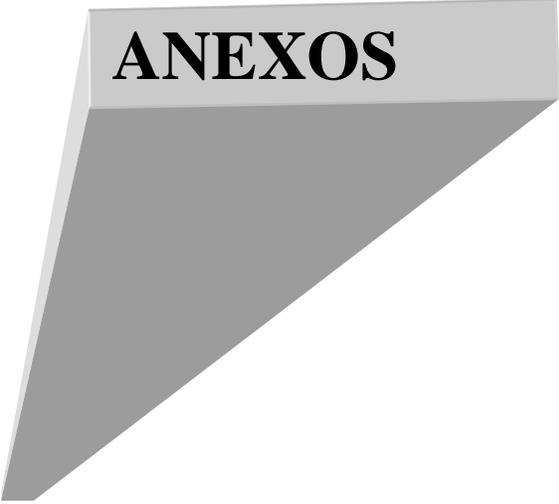
Assim, como sugestão de política económica, e com base nos resultados alcançados, sugere-se que, no sentido de gerar um contínuo de *IDE* Chinês nos países africanos, os governos de África interessados na captação deste fluxo devem promover iniciativas:

- que aumentem qualidade das instituições políticas nacionais,
- que incentivem o crescimento económico, mais especificamente, as taxas de crescimento económico,
- que reduzam o nível de corrupção percebido pelos investidores,
- que aumentem a estabilidade política do país.

Em contrapartida, como se verificou que os governos mais eficientes estão menos dependentes do *IDE* Chinês, fica aqui também uma sugestão de que políticas que levem a práticas públicas mais eficientes poderão reduzir os governos africanos dos problemas típicos deste continente, nomeadamente a dependência de mono-investidores estrangeiros ou mono-investimentos estrangeiros.

Para desafios futuros derivados desta dissertação propõe-se a expansão da base de dados e tentar através de outros programas, como por exemplo o DEA, a análise da eficiência dos países.

5. Anexos



ANEXOS

Anexo 1 – Base de dados

Nas próximas seis páginas está a base de dados que foi construída pelo autor deste trabalho.

Países	Ano	FDI Chinês	População	Area de superfície (km²)	Forest area (sq. km)	controlo da comunidade	Eficiência do Governo	Estabilidade Política	Regulatório Quality	Export diversification index	Foreign direct investment, net inflows (Current US\$)	Foreign direct investment (% of GDP)	Agricultural land (sq. km)	Closing a business, time	GDP per capita	GDP per capita growth (annual %)	Inflation, GDP deflator (annual %)	
1	Algéria	2003	5.70	31885164		2237	35.4	30.8	4.8	29.8	3.1	633800000.00		399057	2133.24	5.32	8.32	
		2004	34.49	32365777		22503	33	39.8	8.7	26.8	2.3	881900000.00		411450	2.5	2626.66	3.64	10.63
		2005	171.21	32854159	2381740	22768	41.3	43.6	15.4	29.8	2.4	1081300000.00		412110	2.5	3114.95	3.54	16.46
		2006	247.37	33351137		23034	41.3	39.3	16.3	24.9	2.3	1795400000.00		411810	2.5	3491.95	0.48	10.61
		2007	393.89	33852675.6		23299	43.5	35.1	13.9	25.2	2.4	1664600000.00		412520	2.5	3967.31	1.47	6.79
		2008	508.82	34361756.4		40.6	37	13.4	21.3					412520	2.5	5060.32	1.47	17.16
		2003	0.30	15646832		59536	6.8	10	15.9	9.3	1.1	350470180.00	24.94	575900	6.2	891.95	0.12	102.54
		2004	0.47	16135465		592288	6.8	8.5	19.2	10.7	1.1	1449230000.00	7.15	575900	6.2	1225.57	7.82	42.71
2	Angola	2005	8.79	16617589	1246700	591040	8.7	12.8	22.6	8.3	1.1	-1303840000.00	-4.97	575900	6.2	1893.37	17.11	33.99
		2006	37.23	17089111		589792	7.8	9.5	29.3	13.2	1.1	-37710000.00	-0.51	575900	6.2	2642.81	15.29	14.66
		2007	78.46	17554585		588544	6.8	11.8	28.4	16.5	1.1	-893340000.00	-3.05	575900	6.2	3375.95	17.09	4.13
		2008	68.89	18020668		6.3	13.7	29.7	16.9					6.2	4627.10	11.83	19.89	
		2003	7.71	7358142		24806	32	44.1	57.7	31.7	4.2	447320000.00	1.25	34670	6.2	483.54	0.44	1.72
		2004	20.51	7610730		24158	35.4	38.4	47.6	34.1	3.9	638400000.00	1.61	35670	4	531.81	-0.32	0.29
		2005	19	7867626	112620	23510	18	32.2	57.2	32.7	4.8	53040000.00	1.25	35670	4	544.95	-0.46	2.79
		2006	22.12	812808		22862	34	32.7	57.2	36.6	6.3	53200481.94	1.19	35170	4	568.81	0.47	2.99
3	Benin	2007	35.60	8393132		22214	42.5	32.2	57.2	32.5	6.4	480000000.00		35200	4	646.67	1.30	2.87
		2008	53.15	8662086		42	42	35.5	57.4	35.7				4	771.18	1.84	9.42	
		2003	2.70	1795203		121798	84.5	75.4	81.7	74.6	1.3	417956331.61	2.56	257960	1.7	6808.01	-2.22	17.17
		2004	3.80	1815097		120614	81.6	74.9	80.3	70.2	1.4	390970000.00	3.68	258270	2.2	5414.27	5.37	5.65
		2005	18.12	1835938		119430	83	74.9	82.2	67.8	1.4	278530000.00	3.18	258415	2.2	5725.96	3.50	11.28
		2006	25.52	1858163	581730	118246	77.7	71.6	80.3	65.9	1.8	486390000.00	4.87	258420	2.2	5923.30	1.73	16.14
		2007	43.39	1881431.526		117062	78.3	73.5	81.7	65	2.8	-28560000.00	-0.26	258520	1.7	6550.23	2.96	12.97
		2008	65.26	1904991.428		80.2	80.2	73.5	81.3	67.1				1.7	6808.01	-2.22	17.17	
4	Botswana	2003	0.02	7162083		1704	16	5.7	2.9	11.2	2.8	4600.00	0.00	23300	85.54	-3.91	11.55	
		2004	0.02	7162083		1612	16	6.2	1.4	11.2	3.4	40000.00	0.01	23050	92.78	1.81	8.33	
		2005	7.87	7378129		1520	17.5	7.6	9.6	9.8	2	580000.00	0.07	22860	107.87	-2.05	16.62	
		2006	1.65	7603492	27830	1428	9.7	10	9.6	10.7	5.4	30000.00	0.00	22900	120.84	2.01	4.42	
		2007	4.65	7837981		1336	10.1	7.6	11.1	10.7	2.6	500000.00	0.05	22950	125.00	0.50	8.28	
		2008	5.13	8074254		15.9	15.9	10.4	10	12.1				144.04	144.04	1.44	24.49	
		2003	5.79	17018907		216850	21.4	23.2	26.9	19.5	4.7	219753838.66	2.52	91600	800.39	1.64	0.36	
		2004	6.98	17409433		214650	12.6	18	24.5	29.3	4	85580000.00	0.53	91600	3.2	906.14	1.38	1.51
5	Burundi	2005	7.87	17795149		212450	10.7	15.6	31.7	23.4	4.1	244840000.00	1.61	91600	3.2	932.16	0.08	2.63
		2006	16.46	18174696		210250	13.6	16.6	32.7	23.4	3	16380000.00	0.36	91600	3.2	988.02	1.07	3.94
		2007	18.51	18532798.56		208050	15.5	17.1	31.3	24.3	3.3	433100000.00	2.85	91600	3.2	1116.48	1.50	2.06
		2008	20.34	18897956.94		18.8	18.8	19.9	27.8	26.1				3.2	1238.02	1.89	1.69	
		2003	0.01	470028		830	65	58.3	80.8	46.3	14.5	392550000.00	4.82	770	1724.15	4.42	1.60	
		2004	0.01	474738		833	62.1	58.3	86.1	43.9	13.6	67590000.00	7.31	770	1967.21	-2.32	6.17	
		2005	0.01	474738	4080	836	66.5	54.5	68.8	48.3	7.9	167000000.00	7.99	770	2107.86	4.88	2.01	
		2006	4.05	484659		842	71.4	61.6	81.7	49.8	10	122600000.00	10.97	780	2479.34	9.15	6.83	
6	Camarões	2007	4.05	491717		845	74.4	65.9	80.3	49	9	130290000.00	13.24	780	2941.85	5.41	3.18	
		2008	5.13	498672		75.4	75.4	57.3	76.1	53.1				780	3468.42	4.47	5.44	
		2003	0.01	4059572		228142	8.3	3.3	10.1	9.8	5.4	3269098.42		51950	280.62	-9.01	-1.33	
		2004	0.01	4123325		227846	7.3	3.3	12	9.3	5.5	15107000.00		52150	4.8	307.91	-0.56	0.30
		2005	2.00	4191429	623000	227550	9.7	2.8	14.9	7.8	4.7	17107000.00		52150	4.8	322.10	0.74	3.68
		2006	3.98	4264806		227254	15	3.3	5.8	9.3	4.6	18107000.00		51900	4.8	346.29	2.21	4.27
		2007	3.98	4343404.857		226958	18.4	4.7	6.7	9.7	5.5	27207000.00		52050	4.8	394.20	2.31	1.98
		2008	3.98	4423452.264		18.4	18.4	3.3	6.7	8.7				4.8	445.39	0.94	4.59	
7	Cabo Verde	2003	0.01	4059572		120794	8.7	14.7	31.7	17.1	2.2	712654852.03		488300	289.13	10.52	0.08	
		2004	0.01	4123325		120002	9.2	11.8	31.3	20	1.4	495376548.64		488300	450.04	28.93	9.73	
		2005	2.71	10145609		119210	4.4	10	7.2	13.7	1.7	612928177.63		493000	578.90	4.37	23.06	
		2006	12.78	10468179	1284000	118418	6.8	5.7	23.1	12.7	1.2	700000000.00		493000	601.80	-2.93	6.17	
		2007	13.59	1076638.42		117626	5.3	3.8	27.9	12.1	1.1	602768242.09		493000	650.90	-2.55	1.74	
		2008	25.36	11067437.03		3.4	3.4	2.8	39.7	9.2				493000	755.43	-3.13	11.94	

10	Comorin	2003	575660	1861	65	22,8	4,7	29,3	5,9	1,7	1000000,00		1470	563,65	0,33	5,13
		2004	587943,7126		60	22,3	3,8	49	5,9	2,4	671354,37		1480	616,42	-2,32	1,77
		2005	600489,541		55	21,4	1,9	41,3	5,9	4,6	558643,68		1480	644,54	2,05	2,30
		2006	613605,9773		49	32	1,4	39,4	6,3	5,6	576283,63		1500	657,06	-0,92	2,00
		2007	628410,0607		44	29	1,4	18,3	6,3	4,9	800000,00		1500	739,88	-1,88	5,18
		2008	643571,3128			25,6	1,4	15,3	4,3					823,70	-1,40	5,50
		2003	55174963	2344860	1342483	1,9	2,8		3,9	3,4	323129731,59		228000	102,82	2,65	13,04
		2004	56917959		1339289	3,4	2,4		3,4	4	99200000,00		228000	115,86	3,37	6,51
		2005	58740547		1336095	2,4	1,4		4,4	4,7	-76030000,00		228000	5,2	123,23	4,54
		2006	60643890		1332901	2,4	0,9		7,3	6,2	-115980000,00		226500	5,2	144,87	2,27
		2007	62399224,14		1329707	3,9	0,9		8,3	7,6	720000000,00		226500	5,2	159,45	3,27
		2008	64205366,34			5,3	0,9		5,3					180,49	3,21	19,47
		2003	3260769		225053	13,6	5,2	8,7	15,1	1,6	323124395,36	9,02	105450	1093,05	-0,81	-3,25
		2004	3341052		224883	16,5	9	10,6	16,1	1,5	-8520000,00	-0,30	105450	3	1299,87	1,11
		2005	3416654	30350	224713	14,1	6,2	8,2	10,7	1,4	1809970000,00	8,44	105450	3	1781,57	5,32
		2006	3486073		224543	11,7	6,2	15,9	13,7	1,3	2890280000,00	19,24	105450	3	2217,76	4,12
		2007	3551105		224373	10,6	5,2	19,2	11,2	1,4	4289470000,00	34,51	105450	3	2153,09	-3,39
		2008	3615152			7,7	8,1	24,9	11,6					2959,49	3,70	23,85
		2003	18453355		103742	13,1	15,6	4,3	22,9	4,8	165347467,49	1,20	195000	744,44	-3,57	1,30
		2004	18839434		103896	8,7	7,1	1,9	15,6	7,2	282980000,00	1,83	199000	2,2	821,74	-0,29
		2005	19244866	332460	104050	7,3	4,7	1,4	16,6	7,1	311920000,00	1,91	200000	2,2	850,28	-0,88
		2006	19673411		104204	6,3	4,3	1,9	16,9	7,7	318860000,00	1,84	202000	2,2	882,78	-1,51
		2007	20122796		104358	8,2	5,7	3,8	18	7,7	426900000,00	2,16	202000	2,2	983,75	-0,56
		2008	20591302			7,2	6,6	5,3	17,4					1137,08	-0,11	8,12
		2003	776784		56	22,8	22,7	21,2	21	13,1	1424542,96	2,29	17010	800,79	1,34	1,97
		2004	790344		56	40,3	29,4	38	21	15	38540000,00	5,79	17010	5	842,76	2,05
		2005	804206	23200	56	31,6	19,9	26,4	21	44,6	22200000,00	3,13	17010	5	881,42	1,39
		2006	818508		56	33	13,3	38,5	21	23,9	108290000,00	14,24	17013	5	929,32	2,29
		2007	832991,9902		56	40,1	15,2	41,8	21,4	5,9	195351140,27	23,89	17013	5	981,62	2,45
		2008	847732,2832			45,4	14,2	37,8	22,2					1031,80	2,05	3,09
		2003	74296319		638	41,7	45	24	33,7	22,1	237400000,00	0,26	34090	1116,12	1,26	6,76
		2004	75718360	1001450	654	41,3	45,5	21,2	36,1	22	125330000,00	1,39	34780	4,2	1041,30	2,12
		2005	77154409		670	40,8	38,9	19,7	37,1	22,6	537560000,00	5,89	35230	4,2	1162,42	2,53
		2006	8062081		686	37,9	33,2	21,2	34,6	14	1004280000,00	9,21	35330	4,2	1367,45	4,88
		2007	80060540		702	36,7	40,3	25	42,2	17,2	1157810000,00	8,36	35380	4,2	1629,71	5,12
		2008	81527172			29,5	43,1	23	49,3					1997,10	5,14	12,30
		2003	576342		16625	2,4	9,5	38	7,3	1,2			3240	5122,59	10,80	0,64
		2004	592466		16473	1	5,7	37,5	6,8	1,1			3240	8845,81	34,24	16,92
		2005	608807	28050	16320	1	6,6	35,6	7,3	1,2			3240	13497,38	6,80	42,64
		2006	625394		16167	1,5	6,6	43,3	7,8	1,2			3240	15355,42	-1,43	14,41
		2007	642210		16015	2,4	6,2	43,3	7,8	1,3			3240	19582,02	18,26	-1,16
		2008	659197			1,9	4,3	40,2	6,8					28102,53	8,43	23,67
		2003	4175647		15628	54,9	16,1	24,5	7,8	31,2	22000000,00		75670	143,14	-6,76	16,57
		2004	4353526		15584	49,5	10,4	26	4,4	27,8	-7870000,00		75000	144,99	-2,69	19,22
		2005	4526722	117600	15540	47,6	14,7	23,1	2,4	9,5	-1040000,00		75220	256,58	-1,35	35,63
		2006	4692115		15540	46,6	8,1	18,3	2,4	22,4	450000,00		75520	273,17	-4,46	10,49
		2007	484172,662		15496	35,3	8,5	16,8	2,4	2,1	-2820000,00		75420	283,81	-1,81	5,86
		2008	4996203,739			43,5	4,7	19,6	1,9					331,04	-1,15	18,00
		2003	70880658		132820	31,6	17,1	12	13,7	4,6	46500000,00	0,00	316070	120,71	-4,68	12,77
		2004	72746225		131410	27,7	24,6	13,5	16,6	4,1	54500000,00	0,00	331010	3	138,18	10,66
		2005	74660901	1104300	130000	24,3	16,6	7,7	16,1	4,2	265110000,00	2,15	336910	3	164,81	8,95
		2006	76627697		128590	31,1	30,3	6,7	19,5	4,5	545260000,00	3,60	342190	3	197,92	8,01
		2007	78646128		127180	27,5	39,8	7,2	19,4	4,7	222590000,00	1,14	350770	3	246,61	8,25
		2008	80713434			30,4	39,8	6,2	19,8					328,16	8,47	29,07

19	Gabão	2003	24.05	1315994	217954	40.3	35.5	53.4	49.3	1.7	157986838,29	2,95	51600	4601,00	0,37	-0,09
		2004	31.27	1342701	217852	29,1	22,3	52,9	35,6	1,8	319510000,00	4,80	51600	5346,04	-0,67	6,33
		2005	35,36	1369229	217750	33,5	28	51,9	42	1,7	242340000,00	1,93	51600	6328,92	1,03	17,00
		2006	51,28	1395613	217648	18	26,5	48,6	32,7	1,9	267805315,56		51600	6839,99	-0,73	7,93
		2007	55,59	1421882	217546	19,8	28	50,5	31,6	1,9	269324270,26		51600	8135,41	3,60	5,22
		2008	88,14	1448159		12,1	26,1	52,6	27,5				5	9967,80	0,21	14,25
		2003	0,04	1466321	4670	46,6	39,3	58,7	36,1	8,2	21902464,96	5,97	7740	255,63	3,53	27,39
		2004	0,20	1481256	4690	32,5	36	56,3	39,5	10,7	56750000,00	14,15	7990	270,72	3,80	12,20
		2005	1,19	1526138	4710	29,6	28,4	54,8	35,6	6,1	51930000,00	11,26	7940	302,27	2,02	4,14
		2006	1,19	1570883	4730	28,2	24,6	44,7	38,5	5,2	82070000,00	16,17	8100	323,17	3,52	1,44
		2007	1,19	1615510	4750	24,6	27,5	40,9	38,8	6,6	68450000,00	10,64	8130	398,33	3,37	5,69
		2008	1,19	1660200		24,2	23,2	50,7	36,2				3	470,74	3,04	5,95
		2003	6,60	20954557	57478	49,5	45,5	45,7	42	5,3	136750000,00	1,79	147350	363,84	2,79	28,70
		2004	6,31	21495257	56324	48,1	44,1	46,2	42,4	5,3	139270000,00	1,57	148500	323,89	3,23	14,35
		2005	7,33	21915168	55170	46,6	49,8	56,3	50,7	5,2	144970000,00	1,35	148500	489,17	3,58	14,96
		2006	8,09	22393338	54016	58,3	52,6	55,8	54,1	4,7	636010000,00	5,00	149500	567,81	4,13	12,72
		2007	41,87	22870966	52862	58,5	49,8	53,4	53,9	4,5	970380000,00	6,47	148500	655,39	3,88	13,84
		2008	58,02	2350927		56,5	52,1	46,9	54,6				1,9	690,48	4,02	18,02
		2003	14,34	8869959	67962	24,8	17,5	28,4	13,2	3,5	78966000,00	2,18	129600	408,06	0,15	11,11
		2004	25,77	9040537	67602	18,4	16,1	20,2	17,1	3,3	98000000,00		130650	435,63	0,77	20,98
		2005	44,22	9220768	67242	18,9	11,8	16,8	18,5	3,1	105000000,00		132700	353,61	1,31	28,60
		2006	54,63	9411881	66882	14,1	4,7	6,3	15,6	3,4	108000000,00		134700	37,39	0,09	134,70
		2007	69,97	9615073	66522	2,9	4,3	4,4	13,1	3,2	111000000,00	8,46	135700	474,63	-0,64	17,38
		2008	96,37	9833055		4,3	6,2	4,8	13,5				3,8	433,86	6,00	38,87
		2003	25,53	33779932	35460	20,9	22,3	17,3	48,8	18,8	81738242,64	0,53	268740	441,20	0,29	6,20
		2004	28,46	34674703	35340	20,9	24,2	17,3	44,4	18,4	46060000,00	0,26	269920	464,07	2,38	7,11
		2005	58,25	35598952	35220	15,5	22,3	13,9	45,4	17,9	21210000,00	0,06	270020	527,23	3,05	5,21
		2006	46,23	3653490	35100	18,4	28,4	16,8	42,4	19,9	50670000,00	0,12	270540	614,95	3,62	7,42
		2007	55,13	37530725,66	34980	14,5	30,3	15,4	45,1	21,9	727730000,00	2,57	270000	718,09	4,18	4,65
		2008	78,36	38334087,13		13,5	32,2	12	50,7				4,5	895,49	0,90	27,00
		2003	0,24	1949772	76	46,1	44,5	52,9	29,3	7,3	115714934,93	11,64	23040	509,94	2,98	2,50
		2004	0,03	1965823	78	50	47,9	61,1	27,8	7,1	123490000,00	9,57	23140	656,10	3,70	5,95
		2005	0,60	1980831	80	54,9	47,9	56,7	28,8	7,2	92600000,00	6,73	23340	694,66	-0,08	4,31
		2006	7,60	1994888	82	57,3	40,3	51,9	30,7	7,9	113050000,00	7,45	23040	760,70	7,34	8,56
		2007	7,60	2005825,716	84	52,7	41,7	42,3	26,7	6,6	130840000,00	7,81	23040	832,36	4,49	9,16
		2008	8,22	2016823,401		59,9	46	43,1	28,5				2,6	804,26	3,38	9,60
		2003	5,80	3137852	32744	7,3	1,9	1,4	3,4	3,1	372220000,00		25900	130,73	-33,07	2,65
		2004	6,38	3224643	32142	7,8	1,4	7,7	2,4	3,4	69270000,00	15,06	25950	142,65	-0,16	1,07
		2005	15,95	3334222	31540	11,7	8,1	9,1	4,9	3,3	78330000,00	14,30	25950	159,02	1,84	13,83
		2006	29,51	3471020	30938	29,6	8,5	11,5	6,8	5	107860000,00	17,63	26000	176,28	3,55	8,77
		2007	29,78	3627285	30336	44,4	10,4	10,1	9,2	3,5	131640000,00	17,91	26000	202,61	4,69	15,96
		2008	37,36	3793400		33,3	7,6	17,2	7,7				3	229,37	2,41	12,75
		2003	0,86	5682648	2170	26,7	19,4	37,5	4,9	1,4		0,34	154500	4192,13	-4,71	29,85
		2004	0,87	5799484	2170	24,8	26,1	46,6	10,2	1,3		0,23	155850	528,76	2,88	23,07
		2005	33,06	5918217	2170	25,7	20,4	52,4	8,8	1,3		2,18	155850	7053,33	4,17	29,06
		2006	28,57	6038643	2170	21,8	27	53,8	8,8	1,3		3,20	155500	8232,10	3,10	13,69
		2007	70,83	6156487,535	2170	24,2	16,1	60,6	17,5	1,3		6,72	155500	9475,10	4,76	5,39
		2008	146,52	6276631,814		21,7	18	63,2	17,9					15920,40	4,95	55,52
		2003	28,13	16656727	129119	59,2	37,4	60,1	44,9	10,5	7442129,89	0,24	408430	328,63	6,71	2,76
		2004	40,63	17131317	128749	54,9	43,6	51,9	41,5	15,7	52910000,00	1,21	408430	254,73	2,34	14,30
		2005	49,94	17614261	128378	55,8	47,4	44,7	42,4	19,6	85440000,00	1,70	408430	286,05	1,73	18,30
		2006	54,34	18105439	128007	49,5	37,9	48,1	45,4	19,5	294216496,29		408430	304,62	2,17	11,47
		2007	76,01	18604365	127637	55,6	42,7	42,8	47,1	21,2	996883571,51		408430	394,91	3,39	9,68
		2008	146,52	19110941		55,1	33,2	30,1	41,5					469,36	4,05	9,62

37	Ruanda	2003	3.30	8685457		4256	29.6	18.5	14.9	22	2	465562,79	0,26	18850	204,54	-1,39	21,86
		2004	3.30	8819688		4528	37.9	28.4	23.1	28.8	1.7	7660000,00	0,39	18800	223,43	3,70	13,14
		2005	4.72	8992140	26340	4800	37.4	13.7	28.8	21.5	2.7	8030000,00	0,34	18800	264,58	5,05	8,90
		2006	7.71	9209997		5072	55.3	43.1	26.4	31.2	2.5	11230000,00	0,90	18750	307,76	4,75	9,83
		2007	7.30	9454534		5344	58	44.5	38	27.7	4.1	67140000,00	2,35	19250	360,87	5,15	10,55
		2008	20.18	9720694			59.4	48.3	37.3	33.3					458,49	8,18	17,42
		2003	2.51	10706962		87632	45.6	47.9	36.5	46.8	19.6	52494809,92	0,73	86820	640,51	3,93	0,52
		2004	2.58	10989452		87182	51.9	51.2	43.3	46.3	19.7	77030000,00	0,80	87370	730,70	3,18	0,50
		2005	2.35	11281296	196720	86732	51.5	52.1	41.8	45.9	10.4	44590000,00	0,60	88260	770,09	2,89	2,27
		2006	4.15	11582863		86282	40.3	48.8	36.1	44.4	25.4	220320000,00	2,25	86380	808,66	-0,27	4,29
		2007	4.39	11893335		85832	37.7	45	36.1	41.3	22.3	78000000,00	2,41	86370	950,04	1,93	5,61
		2008	10.61	12211181			38.6	51.2	36.8	44					1081,67	-0,17	7,33
		2003	0.42	82800		400	63.1	57.3	63.5	43.9	3.2	58402540,73	0,87	60	8523,01	-4,86	5,95
		2004	0.42	82500		400	61.2	52.6	70.7	23.9	3.8	38010000,00	5,70	60	8482,42	-2,50	3,95
		2005	4.19	82900	460	400	60.2	57.8	88.5	26.3	4.7	85880000,00	7,47	60	10661,26	6,95	17,52
		2006	6.46	84600		400	59.2	55.9	84.6	28.8	3.2	145820000,00	4,12	60	11439,79	6,12	1,47
		2007	6.55	85032		400	58.9	54	82.7	27.2	3.9	249310000,00	5,68	60	10728,34	6,72	6,68
		2008	6.60	86334,61001			63.8	54	78	27.1					9648,69	1,26	25,35
		2003		4732526		27931	17.5	3.8	16.3	10.7	4.5	8615049,67	0,73	28450	209,43	4,85	8,40
		2004	5.74	4925922		27738	20.4	10	34.1	15.1	3.4	61150000,00	0,80	28800	2,6	217,84	3,29
		2005	18.45	5106977	71740	27544	15	8.5	33.2	14.6	2.8	83180000,00	0,60	30800	2,6	237,87	3,44
		2006	14.89	5270799		27351	11.2	11.8	30.8	14.1	5.3	58620000,00	2,25	31800	2,6	269,91	4,01
		2007	32.28	5420400		27158	11.6	12.8	33.7	16	7.3	94470000,00	2,41	31800	2,6	306,90	3,90
		2008	43.70	5559853			12.6	11.4	35.4	20.3					2,6	351,29	2,43
		2003	44.77	45801325		92080	64.1	75.8	34.6	67.8	54.1	78313609,26	0,14	996400	3638,62	1,87	4,61
		2004	58.87	46347516		92080	69.4	76.8	40.4	68.8	51.5	701420000,00	-0,28	995780	4660,70	3,63	5,55
		2005	112.61	46892428	1219090	92030	69.9	75.8	46.6	65.4	50	6522100000,00	2,31	995780	2	5177,84	3,75
		2006	167.62	47391025		92080	69.9	74.9	45.7	67.8	46.7	-183630000,00	-2,37	993780	2	5438,37	4,21
		2007	702.37	47850700		92080	66.7	74.9	46.2	64.1	45.6	5745870000,00	0,97	993780	2	5929,77	4,09
		2008	3048.62	48687000			65.2	75.4	41.6	71.5					5684,57	1,29	10,85
		2003	0.55	37142156		68729	4.9	9	2.4	11.7	1.6	1349190000,00	0,73	1353700	478,71	5,02	9,83
		2004	171.61	37899766		681349	6.3	9.5	4.8	12.2	1.5	1511070000,00	0,80	1353370	572,14	3,01	14,66
		2005	351.53	38698472	2505810	675458	3.4	3.8	2.4	9.3	1.4	2304640000,00	0,60	1368370	707,68	4,13	12,19
		2006	497.13	39545065		669568	8.7	11.4	2.9	11.2	1.3	3534080000,00	2,25	1366990	920,51	8,91	6,47
		2007	574.85	40432296		663677	4.8	11.4	2.4	8.7	1.2	2425590000,00	2,41	1367730	1143,34	7,75	7,03
		2008	528.25	41347723			2.4	5.2	1.9	7.2					1413,46	5,94	15,76
		2003	7.46	36929648		360814	20.4	43.1	28.8	37.6	27.6	308200000,00	3,00	347210	278,44	2,89	7,14
		2004	53.80	37945476		356692	29.6	41.2	29.3	39	25.5	330600000,00	2,91	347500	3	299,15	3,87
		2005	62.02	39007359	947300	352570	28.6	37.4	33.7	40.5	20.4	4940500000,00	3,49	347500	3	362,54	4,45
		2006	111.93	40117243		348448	42.7	38.9	42.8	41.5	31.2	596950000,00	4,17	347500	3	357,23	3,78
		2007	110.92	41276209		344326	41.1	38.4	37	41.7	30.1	646970000,00	3,85	342000	3	407,63	4,14
		2008	190.22	42483923			36.2	39.3	45	38.2					3	482,31	4,40
		2003	4.73	5698109		4260	27.2	6.2	31.7	21.5	11	33734000,00	2,28	36300	308,69	0,09	-3,25
		2004	6.24	5843292		4060	19.4	5.2	31.3	20.5	9.8	57330000,00	3,39	36300	3	352,71	0,44
		2005	4.78	5992080	56790	3860	20.9	3.3	7.2	19.5	13.3	76990000,00	4,36	36300	3	351,83	-1,31
		2006	11.72	6144899		3660	12.1	2.4	23.1	17.1	11.8	77340000,00	4,14	36300	3	360,95	1,32
		2007	14.42	6300495		3460	13.5	3.3	27.9	17	9.3	69000000,00		36300	3	396,63	-0,62
		2008	23.12	6458605			15	3.8	39.7	15.5					3	437,13	-1,37
		2003	1.56	9839800		10172	70.9	71.6	51	56.6	47.1	540956569,54	2,16	97840	2539,91	4,94	1,95
		2004	1.28	9932400		10366	66	70.1	53.8	58	44.8	641690000,00	2,11	98300	1,3	2832,07	5,05
		2005	2.15	10029000	163610	10560	57.8	67.3	51.4	51.2	43.2	785170000,00	2,46	98240	1,3	2888,41	2,98
		2006	3.91	10128100		10754	58.7	69.7	58.2	57.6	44.3	3310610000,00	10,46	98270	1,3	3057,06	4,63
		2007	3.57	10225400		10948	60.4	68.2	53.8	56.8	35.8	1619610000,00	4,33	98260	1,3	3424,80	5,32
		2008	3.57	10326600			57.5	65.4	54.1	55.6					1,3	3890,94	4,07

TABELA A1 – Listagem de países

Algéria	1	Liberia	25
Angola	2	Libia	26
Benin	3	Madagascar	27
Botswana	4	Malawi	28
Burundi	5	Mali	29
Camarões	6	Mauritania	30
Cabo Verde	7	Mauricias	31
África Central	8	Marrocos	32
Chade	9	Moçambique	33
Comorin	10	Namibia	34
Congo D.R.	11	Niger	35
Congo	12	Nigeria	36
Cote D`Ivoire	13	Ruanda	37
Djibouti	14	Senegal	38
Egipto	15	Seicheles	39
Guiné Equatorial	16	Serra Leoa	40
Eritreia	17	Africa do Sul	41
Etiópia	18	Sudão	42
Gabão	19	Tanzânia	43
Gambia	20	Togo	44
Ghana	21	Tunísia	45
Guiné	22	Uganda	46
Kenya	23	Zambia	47
Lesotho	24	Zimbabué	48

TABELA A2 – ALGUNS INVESTIMENTOS CHINESES EM ALGUNS PAÍSES AFRICANOS

PAÍSES	ANOS	PROJECTOS PRINCIPAIS	VALOR (MILHÕES, yuans)	FI N A N C I A D O R
ANGOLA	2004	INFRASTRUTURA DE TRANSPORTES	2.000,00	EX IM
	2005	ENERGIA	1.3000,00	EX IM
	2007	PURIFICAÇÃO DE AGUAS POTAVEIS	230,00	EX IM
	2008	Construção de casas e infra-estruturas relacionadas	3.500,00	
	2009	RECONSTRUCÇÃO RODOVIARIA	79,60	
	2009	DESENVOLVIMENTO AGRICOLA DURANTE 4 ANOS	1.200,00	
ZIMBABUÉ	2001	INFRA-ESTRUTURA	7,45	EX IM
	2006	EQUIPAMENTO AGRICOLA	25,06	
	2008	FIBRA OPTICA	33,60	EX IM
	2008	MINERAÇÃO	PARTE DE UM PROJECTO DE 90 MILHÕES	C A D F
	2009	LINHA DE CRÉDITO	950,00	
	2009	DOAÇÃO	10,00	
CONGO	2000	CIMENTO	24,15	EX IM
	2003	BARRAGEM	280,00	EX IM
R.D.CONGO	2000	TELECOMUNICAÇÕES	9,66	EX IM
	2007	INFRA-ESTRUTURA E MINERAÇÃO	8.500,00	EX

				IM
	2008	REDE DE CABO OPTICO	35,00	
	2008	TRANSPORTE E SECTOR MINEIRO	9.000,00	
ETIÓPIA	2003	BARRAGEM	224,00	EX IM
	2008	FABRICA DE VIDRO	PARTE DE UM PROJECTO DE 90 MILHÕES	C A DF
	2008	CONSTRUÇÃO DO AFRICAN UNION HALL	150,00	
	2008	VEICULOS E EQUIPAMENTO DE ESCRITÓRIO		
	2008	PARQUE-INDUSTRIAL	713,00	
	2009	FABRICA	5,20	
	2009	TELECOMUNICAÇÕES	15,00	
NÍGER	2008	PERFURAÇÃO PETROLIFERA E REFINARIA	5.000,00	
	2009	PROJECTO DE URANIO	95,00	
SUDÃO	2001	ELECTRICIDADE	110,00	EX IM
	2002	ELECTRICIDADE	150,00	EX IM
	2004	BARRAGEM	1.800,00	EX IM
	2008	EQUIPAMENTO E TREINO DE DESMINAGEM		
	2008	CASAS E EQUIPAMENTO DE SAUDE	11,00	
NIGÉRIA	2006	BARRAGEM E ESTAÇÃO DE ELECTRICIDADE	2.500,00	EX IM
	2007	COMUNICAÇÃO E PROGRAMA DE EDUCAÇÃO	100,00	EX IM
	2008	CONSTRUÇÃO RODOVIARIA	1.000,00	
	2008	POWER PLANT	2.400,00	
MOÇAMBIQUE	2005	BARRAGEM E ESTAÇÃO DE ELECTRICIDADE	2.300,00	EX IM
	2006	BARRAGEM	300,00	EX IM
	2007	INFRASTRUTURA	40,00	EX IM
GABÃO	2008	BARRAGEM HIDROELECTRICA	83,00	

ZÂMBIA	2003	BARRAGEM	600,00	EX IM
	2006	LINHA DE COMBOIO		EX IM
	2007	PLANT INFRASTRUSCTURE	206,55	EX IM
	2008	EXPANSAO DA ESTAÇÃO ELETRICA	400,00	
	2008	ESTADIO DE DESPORTOS	65,00	
	2009	CONSTRUÇÃO DE SILOS ALIMENTARES	11,60	
	2009	PROMOÇÃO AO INVESTIMENTO E ACORDO DE PROTECCIONISMO	3.600,00	

Os espaços em branco resultam da não existência da informação.

Anexo 3 - Porquê o uso do Método dos Momentos Generalizado (GMM)?

O painel de dados (i países, t períodos) pode ser descrito pela equação que se segue (Greene 2002:307):

$$y_{it} = w_{it}'\beta + \alpha_i + \varepsilon_{it}$$

Neste caso w_{it} representa o conjunto das variáveis a direita, incluindo a variável dependente desfasada y_{it-1} . Pode ser provado que para um valor finito para T (por exemplo, para um pequeno número de períodos), existe um enviesamento significativo em β .

Este problema surge quando nós estimamos o nosso painel de dados por uma regressão ordinária de efeitos fixos com uma dependente variável desfasada. A variância do estimador não tende para zero quando i aumenta. Como notou Greene (2002:308), este problema é mais grave quando estimamos o nosso painel através de efeitos aleatórios.

Um método muito comum para lidar com este problema de heterocedasticidade é diferenciar cada lado do modelo do painel de dados.

$$y_{it} - y_{it-1} = \delta(y_{it-1} - y_{it-2}) + (x_{it} - x_{it-1})'\beta + (\varepsilon_{it} - \varepsilon_{it-1})$$

Contudo, também pode ser demonstrado que este modelo tem problemas de auto-correlação entre a variável dependente desfasada e o desvio de uma média móvel de primeira ordem.

Para além dos tradicionais instrumentos estimadores (LSDV ou FGLS, discutidos em Roodman 2006), outras técnicas têm sido desenvolvidas mais recentemente para produzir o estimador GMM (Arellano e Bond, 1991; Arellano e Bover 1995).

Com este estimador, e dado uma serie com espaço temporal curto, podemos usar $(y_{it-2} - y_{it-3})$ ou y_{it-2} e y_{it-3} como instrumentos para $(y_{it} - y_{it-1})$.

Como Greene (2002:309-312) demonstra (revertendo apara a álgebra formal), a condição construída dos momentos empíricos usando estes instrumentos, pode gerar um estimador GMM que é um estimador robusto para painéis com reduzida dimensão temporal. Este Anexo foi largamente baseado em Mourão (2011).

6. BIBLIOGRAFIA

- Acemoglu, D., S. Johnson, and J. A. Robinson.** 2001. The Colonial Origin of Comparative Development: An Empirical Investigation. *American Economic Review* 91(5): 1369–1401.
- Acemoglu, D.** (2009): Introduction to Modern Growth Theory, Princeton: Princeton University Press.
- Aguiar, Sandra Conraria e Gulamhussen, Mohamed Azzim,** 2009. *O impacte do risco político no Investimento Directo Estrangeiro*, Edições Sílabo, Lisboa
- Arellano, M. e S. Bond** 1991. "Some Tests of Specification for Panel Data: Monte Carlo Evidence and an Application to Employment Equations," *Review of Economic Studies*, Blackwell Publishing, vol. 58(2), pages 277-97
- Arellano, Manuel e O. Bover** 1995. "Another look at the instrumental variable estimation of error-components models," *Journal of Econometrics*, Elsevier, vol. 68(1), pages 29-51.
- Alden, Chris,** *A China em África*, EDITORA: Sururu Produções culturais, 2009
- Bellak, C., Leibrecht, M. & Stehrer, R.,** 2008. *Policies to attract foreign direct investment: an industry-level analysis*, VII Global Forum on International Investment, disponível em <http://www.oecd.org/dataoecd/53/35/40301081.pdf>
- Broadman, Harry G.e Gozde Isik** 2007, "*Africa's Silk Road*", The world Bank, Washington
- Cho, Joong-Wan,** 2003. *Foreign Direct Investment: Determinants, Trends in flows and promotion policies*, cap. V Investment Promotion and Enterprise Development Bulletin for Asia and the Pacific No.1, Economic and Social Commission for Asia and the Pacific, United Nations, 99-112.
- Davies, Ken,** 2009 *While global FDI falls, China's outward FDI doubles*, Columbia FDI Perspectives, Disponível em <http://academiccommons.columbia.edu/catalog/ac:125964>
- Greene, William** 2002. *Econometric Analysis*. Prentice Hall. NY
- Hung, Tran Hao,** *Attracting FDI in agriculture and rural development- status and solutions for improvement*, 2006
- Macqueen, DJ, Grieg-Gran, M, Lima, E, MacGregor, J, Merry, F, Prochnik, V, Scotland, N, Smeraldi, R e Young, CEF.** (2004) Exportando sem crises: a indústria de madeira tropical brasileira e os mercados internacionais. Small and Medium Forest Enterprises Series No. 1. International Institute for Environment and Development, Londres, Reino Unido
- Main determinants and impacts of foreign direct investment on China's economy*, OECD, Directorate for financial, fiscal, and enterprise affairs, 2000
- Mourão, Paulo.** 2011: "Determinants of the number of catholic priests to Catholics in Europe – an economic explanation"; *Review of Religious Research*; 52,4; pp.427-438
- Mwilima, Ntawala,** 2003. *Foreign Direct Investment in Africa*, Labour Resource and Research Institute (LaRRI), Social Observatory Pilot Project
- Odenthal L.** (2001); FDI IN SUB-SAHARAN AFRICA; OECD DEVELOPMENT CENTRE Working Paper No. 173
- OECD BENCHMARK DEFINITION OF FOREIGN DIRECT INVESTMENT**
- Revista Exame Angola,** "O mundo em 2011". Luanda
- Roodman, David** 2006. "**How to Do xtabond2**," North American Stata Users' Group Meetings 2006 8, Stata Users Group
- SACHS, Jeffrey D.; LARRAIN, Felipe B.** (2000). *Macroeconomia - Edição revisada e atualizada*. São Paulo: Makron Books, 2000
- Sebastian, Rajith** 2008. "China-Africa Investments – An analysis of China's Investment in Africa". ChinaVest – September 17, 2008. Disponível em <http://www.amcham-shanghai.org/NR/rdonlyres/4435B6F6-EB50-46BC-AAF8-0741C1CDBEE1/7956/ChinaAfricaInvestments.pdf>

vv.aa. (2010) World Investment Report (2010). World Bank. Washington

Paginas WEB:

About.com:economics

<http://economics.about.com/cs/economicsglossary/g/fdi.htm>

Economywach

<http://www.economywatch.com/foreign-direct-investment/definition.html>

The world bank Group

<http://data.worldbank.org>

Central intelligence agency –CIA FACTBOOK

<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/>

Foreign Direct Investment

<http://www.fdi.net/> ~

UNCTAD

<http://www.unctad.org/fdistatistics>